

**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIAL SOCIAL,
TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**Relatório Anual de
Gestão**

2018

Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e
Renda

RELATÓRIO DE GESTÃO
2018

Belém-Pará
2018

Secretaria de
Assistência Social,
Trabalho, Emprego e Renda



Av. Governador José Malcher, 1018
Nazaré- Belém-Pará – CEP: 66055-260
Telefones: (91) 3219-1440 / (91) 3239.1414
www.seasterpa@yahoo.com.br
Belém-Pará-Brasil

Simão Robison Oliveira Jatene
Governador do Estado do Pará

José da Cruz Marinho
Vice-Governador do Estado do Pará

Heitor Márcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Ana Claudia Costa
Secretária Adjunta de Assistência Social

Everson Costa
Secretário Adjunto de Trabalho, Emprego e Renda

Elizanete Viterbino
Diretora de Assistência Social

Elinea Ruth Melo Campos
Diretora de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza

Rubens Luiz Proença Cordeiro
Diretor de Segurança Alimentar e Nutricional

Milson Charles Tuma
Diretor de Qualificação Profissional e Empreendedorismo

Igor Samuel Moreira Melo
Diretor de Trabalho e Emprego

Zoraya Moura
Diretora de Administração e Finanças

Equipe do NUPLAN

Catarina Santos Ramos

Cleidiane de Oliveira Sena dos Santos

Francinete Pontes (Gerente)

Janice Ferreira dos Santos (Gerente)

Maria Regina Reis Souza

Nilza Maria Rodrigues Ferreira

Thiago da Silva Silveira (Coordenador)

Suzany Belém Ribeiro

LISTA DE SIGLAS

ANOREG	Associação dos Notórios e Registradores do Pará
BEPAH	Benefício as Pessoas Acometidas pela Hanseníase
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSOL	Cadastro Nacional de Economia Solidária
CAPACITA/SUAS	Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEDEC	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CEDPD	Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência
CEDPI	Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa
CERPI	Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa
CIIC	Centro Integrado de Inclusão e cidadania
CILPA	Centro de Interpretação de Libras do Pará
COBEN	Sistema de Controle de Concessão de Benefícios
COHAB	Companhia de Habitação Estado do Pará
COMPAR	Companhia Paraense de Refrigerante
CONSEAN	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAF	Diretoria Administrativa e de Finanças
DAS	Diretoria de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos
DISAN	Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional
DQPE	Diretoria de Qualificação Profissional
DRCCP	Diretoria de Renda de Cidadania e Combate a Pobreza
DTE	Diretoria de Trabalho e Emprego
EPAN	Equipamento Público de Alimentação Nutricional
FASEPA	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FRC	Fundo de Registro Civil
IMO	Intermediação de Mão-de-obra
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEI	Microempresário Individual
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGS	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa do Artesanato Brasileira
PBF	Programa Bolsa Família
PPA	Plano Plurianual

RAIS	Relação Anual de Informação Social
RCN	Registro Civil de Nascimento
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará
SICAB	Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJE	Tribunal de Justiça do Estado

SUMÁRIO

Apresentação	07
Organograma	08
Finalidade Institucional da SEASTER	09
Programa Cidadania e Direitos Humanos	12
Programa Direitos Socioassistenciais	15
Programa Trabalho, Emprego e Renda	53
Programa Manutenção da Gestão	66
Programa Governança para Resultados	69

A apresentação

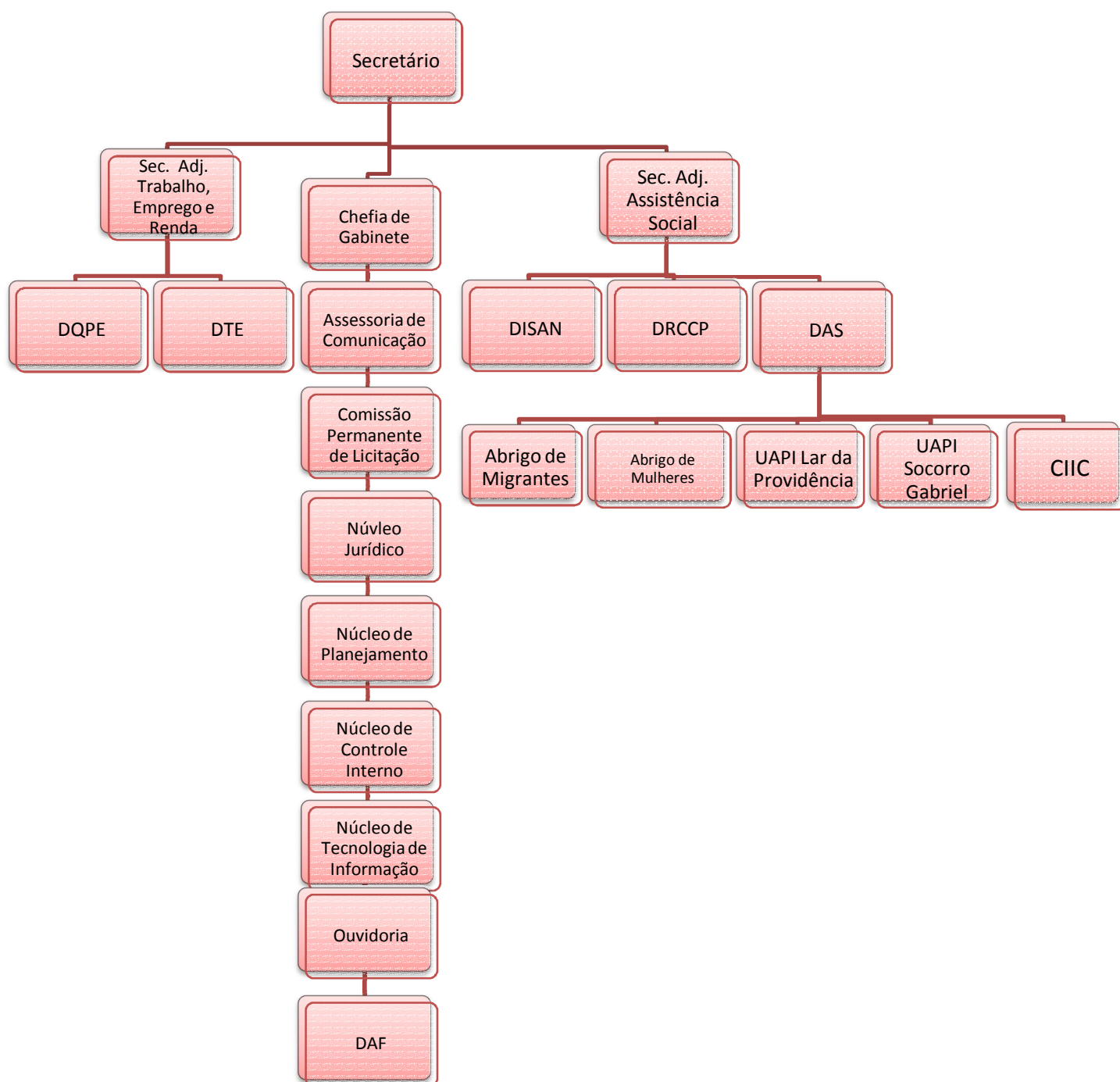
A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), atendendo a um dos princípios da Administração Pública que trata do Princípio da Publicidade, apresenta seu Relatório Anual de Gestão, exercício 2018, dando conhecimento ao público em geral do produto final do processo de execução, acompanhamento e monitoramento de seus Programas e Ações do corrente ano, em conformidade ao Plano Plurianual 2016-2019.

Alinhado ao macro objetivo do Governo do Estado de “reduzir a pobreza e desigualdade social, através do desenvolvimento sustentável”, a SEASTER executou ações tendo como público prioritário grupos da população em situação de vulnerabilidade e risco social, em três Programas Temáticos: Direitos Socioassistenciais, Trabalho, Emprego e Renda e Cidadania e Direitos Humanos.

O Relatório foi elaborado a partir da sistematização dos relatórios mensais emitidos pelas diretorias da SEASTER e, que alimentam o Sistema Integrado de Planejamento do Pará (SIGPLAN) e das informações dos Sistemas de Orçamento e Finanças do Estado. Apresenta a execução física e financeira por Programa e o detalhamento de suas ações.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

ORGANOGRAMA



Finalidade Institucional

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), tem por missão *“Promover com qualidade e efetividade o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos dos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do trabalho, geração de emprego e renda”*.

Para fazer frente a esta missão a SEASTER executa 12 ações na UO FEAS e 29 na UO SEASTER em 03 programas temáticos: Cidadania e Direitos Humanos, Direitos Socioassistenciais, Trabalho, Emprego e Renda e 02 de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Governança para Resultados e Manutenção da Gestão.

A SEASTER é gestora do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. Possui também estrutura técnica, orçamentária e financeira para o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, administrado por um Conselho Gestor.

A estrutura organizacional da SEASTER é composta pelo Gabinete do Secretário, Gabinetes dos Secretários Adjuntos, Núcleos, Assessorias, Comissão Permanente de Licitação, Ouvidoria, Diretorias e suas coordenações e gerências.

Diretoria de Assistência Social (DAS)

A Diretoria de Assistência Social tem como competência básica coordenar, formular, executar, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, as ações de proteção social básica e proteção social especial, observando as diretrizes constitucionais da política de assistência social e sua regulamentação pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e as normatizações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e as demais legislações pertinentes que se tornarem vigentes.

- Coordenação de Proteção Social Básica
- Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade
- Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
- Coordenação Vigilância Socioassistencial
- Coordenação de Educação Permanente e Gestão do Trabalho

Diretoria de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza (DRCCP)

A DRCCP tem por competência formular, articular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar os programas e projetos relativos à Política de Transferência de Renda, a concessão de benefícios assistenciais a cargo do Estado e promover os meios e os instrumentos necessários para a articulação e intercâmbios político-institucionais, fomentadores de desenvolvimento e inclusão social.

- Coordenação de Articulação de Programas e Projetos Estratégicos
- Coordenadora de Gestão de Benefícios e Programas de Transferência de Renda

Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN)

A DISAN tem como competência básica coordenar, formular, executar, implementar, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, as ações de segurança alimentar e nutricional, observando as diretrizes constitucionais da política de Segurança Alimentar e Nutricional e sua regulamentação pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, e as normatizações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e as demais legislações pertinentes que se tornarem vigentes.

- Coordenadora de Programas e Projetos de SAN/SIAN
- Coordenador de Gestão de SAN/SIAN

Diretoria de Trabalho e Emprego (DTE)

A DTE compete propor, planejar, coordenar, supervisionar e executar programas e projetos relativos às atividades de intermediação de trabalho, ações de pesquisa e geração, e informações sobre o trabalho, ações de desenvolvimento das atividades voltadas para o acesso ao seguro desemprego e seguro defeso, programas e projetos de qualificação para o trabalho, e fortalecimento da economia solidária em todos os seus aspectos.

Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo (DQPE)

A DQP compete propor, coordenar, supervisionar e executar os programas e projetos que visem à qualificação para o trabalho no Estado do Pará.

Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

A DAF tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades das áreas administrativas, para tanto está estruturada em 03 coordenadorias: Gestão de Pessoas, Administração e Finanças e Contabilidade.

PROGRAMA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

No Programa Cidadania e Direitos humanos a SEASTER executa a ação Apoio à Redução do Sub-registro Civil de nascimento inserida no quarto objetivo “Promover os Direitos Humanos”.

Ação: Apoio a Redução do sub-registro Civil de Nascimento

Produto: Registro emitido

Tabela 01 execução Física e Financeira da ação Apoio a Redução do sub-registro Civil de Nascimento

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
162.671	181.080	111%	R\$ 6.278.320	R\$ 4.192.934	67%
Fonte: SigPlan					

Análise

A ação tem a finalidade de prover a gratuidade dos atos praticados pelos cartórios de registro de pessoas naturais em todo Estado. Os recursos utilizados são do Fundo de Registro Civil. A execução da meta física extrapolou a meta prevista resultado das ações articuladas e intersetoriais de combate ao sub-registro. No total foram emitidos 181.080 registros de nascimento.

No Estado do Pará a Lei Estadual nº 6.831/2006, alterado pela Lei Estadual nº 6.919/2006 criou o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento (FRC) e o vinculou inicialmente à SETEPS e posteriormente à SEAS, hoje SEASTER. O Decreto Estadual nº 1.492/2009 que regulamentou o FRC, prevê a implantação do Sistema Estadual Integrado de Registro Civil

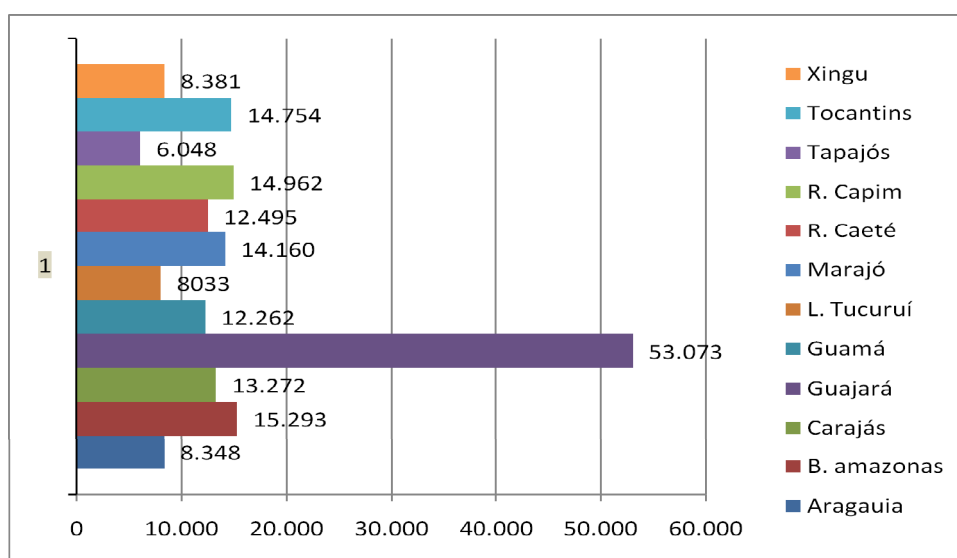
➤ **Composição do Fundo de Apoio ao Registro Civil**

- **Conselho Gestor:** SEASTER; Tribunal de Justiça do Estado; Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará e Conselho de Direitos da Criança do Adolescente.
- **Parceiros:** Secretarias Municipais de Assistência Social; SEJUDH; Tribunal de Justiça; Defensoria Pública do Estado; Fundação Pro Paz; Assembleia Legislativa do Estado do Pará; outros.

Dentre os aspectos relevantes à existência do Sub-Registro Civil de Nascimento no Estado estão as distâncias físicas dos cartórios, pais sem documentação, desconhecimento da gratuidade do registro e da certidão de nascimento pelos pais.

Os gráficos a seguir mostram o quantitativo de registros emitidos no ano de 2018 por região de integração e a série histórica desses números desde 2010.

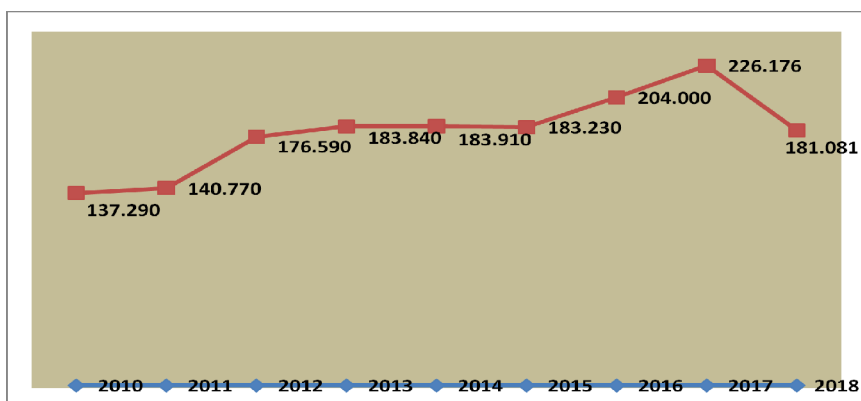
Gráfico 01 Número de registros emitidos pelos cartórios e ressarcidos pelo Fundo de Registro Civil por Região de Integração 2018.



Fonte: SigPlan

Os dados acima mostram que a região de integração do Guajará teve o maior número de registros emitidos, correspondendo a 29%, seguidos das regiões do Baixo Amazonas, Rio Capim e Tocantins, respectivamente.

Gráfico 02 Série histórica do número de ressarcimentos realizados 2010-2018



Fonte: SigPlan

Os dados da série histórica mostram que no período compreendido entre 2010 a 2018 foram emitidos 1.616.887 registros civil de nascimento.

PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

No Programa Direitos Socioassistenciais são executadas 17 ações 23 metas regionalizadas, nos objetivos: Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial, Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade para as populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e Fortalecer a Gestão do SUAS, SISOAN e SINASE. A execução financeira se dá por meio das UO's FEAS e SEASTER.

Metas Regionalizadas e Ações por Objetivo de Programa

Objetivo 01: Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Meta Regionalizada

- Construção de 01 CRAS no município de Chaves, região de Integração do Marajó.
- Implantar o Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa em Belém.
- Implantar o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR)

Avaliação

A SEASTER, por meio da proposta de Emenda Parlamentar nº 20910010 e Contrato de Repasse nº 817309/2015, celebrado com a União por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social, cujo objeto trata da estruturação da rede de serviços de Proteção Social Básica, é responsável pela execução do projeto de construção do **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Chaves, região do Marajó**. No mês de outubro de 2018, após realização de ajustes nos projetos técnicos de construção, foi realizada licitação para contratação da empresa de engenharia.

No tocante a **implantação do Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa** em Belém, tendo em vista os avanços no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi proposto o reordenamento dos serviços, estabelecendo a municipalização da Proteção Social Básica. Diante desse cenário, a construção do CERPI não será realizada, sem, contudo, implicar em descontinuidade dos serviços, programas e projetos socioassistenciais voltados a este segmento, haja vista, que a Secretaria de Estado

de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) realiza o apoio financeiro com o repasse fundo a fundo aos municípios para viabilização da implantação e implementação dos serviços.

Quanto ao **Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR)** este foi Inaugurado em 30 de maio do corrente ano, com investimentos no valor de /05/2018, investimento de R\$ 32 milhões de reais.

1.2 Análise das Ações por objetivo

Ação: Apoio aos municípios na inclusão dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

Produto: Município Atendido

Tabela 02 execução Física e Financeira da ação Apoio aos municípios na inclusão dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
137	141	102	1.674.614	5.076.068	300
Fonte: SigPlan					

Análise

A execução financeira se dá por meio das UO's FEAS e SEASTER. O montante de recursos orçado para o ano de 2018 foi de R\$ 1.674.614,00. A execução foi de R\$ 5.076.068,17. Destes, R\$ 4.656.912,00 foram recursos de investimentos de emenda parlamentar federal e estadual.

Emenda Parlamentar Estadual

Recursos destinados a aquisição de 76 kits de informática, 36 carros, 28 refrigeradores e 02 lanchas para equipar 39 Conselhos Tutelares de 29 municípios, alcançando 11 regiões de integração. As lanchas destinaram-se a 02 municípios, Santarém e

Afuá. O investimento nos conselhos Tutelares teve como objetivo oferecer infraestrutura necessária e adequada para o desempenho das ações de garantia de direitos de criança e adolescente, conforme definido no Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Abaixo a quadro com os municípios beneficiados.

Quadro 01 Municípios beneficiados com equipamento da emenda parlamentar estadual

Municípios	Nº de Kits de Informática	Nº de refrigeradores	Nº de veículos	Nº de lanchas
Abaetetuba	2	1	1	
Afuá	2	1	0	1
Ananindeua	8	4	4	
Banach	2	1	1	
Belém	14	7	7	
Belterra	2	1	1	
Bonito	2	1	1	
Brasil Novo	2	1	1	
Breu Branco	2	1	1	
Cumaru do Norte	2	1	1	
Curuá	2	1	1	
Curuçá	2	1	1	
Faro	2	1	1	
Jacareacanga	2	1	1	
Maracanã	2	1	1	
Mojú dos Campos	2	1	1	
Nova Ipixuna	2	1	1	
Oriximiná	2	1	1	
Ourilândia do Norte	2	1	1	
Piçarra	2	1	1	
Rio Maria	2	1	1	
Santa Cruz do Arari	2	1	1	
Santarém	2	1		1
Santarém Novo	2	1	1	
São João da Ponta	2	1	1	
São Sebastião da B. Vista	2	1	1	
Sapuçaia	2	1	1	
Terra Santa	2	1	1	
Tracuateua	2	1	1	
Total	76	38	36	2

Fonte: SEASTER/DAS/ 2018

Emenda Parlamentar Federal

Emenda Parlamentar nº 114103/2014, Proposta SICONV nº 019651/2014 e Convênio nº 802186/2014, tem como objeto a estruturação da rede de serviços de Proteção Social Básica mediante a aquisição de equipamentos e veículos. Foram entregues 280 kits de informática (computador, impressora e nobreak) e 41 veículos a 67 municípios do Estado, conforme quadro a seguir:

Quadro 02 Municípios beneficiados com equipamento da emenda parlamentar federal

Nº	Municípios	Nº de Kits de informática	Nº de veículos
1	Abaetetuba		1
2	Acará		1
3	Alenquer	10	1
4	Anapu		1
5	Augusto Corrêa	10	1
6	Aurora do Pará		1
7	Benevides		1
8	Bragança	5	1
9	Brasil Novo	20	1
10	Breves	5	1
11	Cametá	5	1
12	Capanema		1
13	Conceição do Araguaia	15	1
14	Curianópolis		1
15	Curuçá		1
16	Garrafão do Norte		1
17	Igarapé-Açu		1
18	Irituia		1
19	Itaituba		1
20	Itupiranga	10	1
21	Jacundá	10	1
22	Juruti	5	
23	Mãe do Rio		1
24	Magalhães Barata	3	
25	Marapanim	20	1
26	Medicilândia		1
27	Melgaço	5	
28	Nova Timboteua		1
29	Novo Repartimento	10	
30	Ourem		1
31	Pacajá	7	1
32	Placas	10	
33	Portel	10	1
34	Primavera	15	1
35	Quatipuru	10	1
36	Redenção	15	
37	Santa Maria do Pará	15	
38	Santarém Novo	5	1
39	São Caetano de Odivelas		1
40	São Domingos do Araguaia	15	1
41	São Domingos do Capim		1
42	São Francisco do Pará		1
43	São Geraldo do Araguaia	10	1
44	São João de Pirabas		1
45	São Miguel do Guamá	20	1
46	Soure		1
47	Terra Alta		1
48	Tucuruí		1
49	Vitória do Xingu	15	
Total		280	41

Fonte: SEASTER/DAS/ 2018

Esta ação tem sua execução em duas formas de atuação: A primeira é realizada por meio da busca ativa nas áreas geograficamente de difícil acesso e prioritariamente com a presença das populações tradicionais e específicas e ainda, nas comunidades rurais e urbanas; a segunda é por meio de ações intersetoriais e estratégica de cidadania, inclusão e equidade no acesso aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais e os eventuais.

Projetos e Ações Estratégicas de Cidadania

As ações foram desenvolvidas de forma integradas e itinerantes nos municípios do estado em parceria com PROPAZ, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Prefeituras, SEJUDH, assim como, apoio na emissão de documentação civil e ações articuladas de busca ativa e inserção no cadastro único, com impactos na redução do índice de sub-registro de nascimento, Inclusão de pessoas/famílias nos programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, atendimento nas comunidades de difícil acesso, com a presença do cartório na ação e a logística necessária e atendimento às comunidades tradicionais e específicas. São ações contempladas nos projetos **“PORTAS ABERTAS CIDADÃO”** e **Utinga “Viva O Entorno”**

Ação: Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistenciais

Produto: Município Cofinanciado

Tabela 03 execução Física e Financeira da ação Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistenciais

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
127	141			2.832.740,00	
Fonte: SigPlan					

O recurso executado nesta ação é referente ao pagamento do cofinanciamento estadual de 2016 e federal do processo de regionalização do PAEFI.

O Decreto Estadual nº 921, de 11 de dezembro de 2013, disciplina a transferência de recursos financeiros a serem repassados do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/PA) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS). O referido decreto, em seu artigo 2º, estabelece à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), a atribuição de elaborar proposta quanto à definição de valores de pisos e critérios de partilha a serem pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Assim, a CIB, em reunião ordinária ocorrida em 01 de dezembro de 2017, aprovou por meio da resolução nº 02/2017,

o repasse aos 144 municípios, de 50% do valor total do Cofinanciamento referente ao exercício de 2016, efetuado em três parcelas no ano de 2018.

- **Cofinanciamento da Regionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**

O cofinanciamento federal do PAEFI com contrapartida estadual é destinado a municípios com até 20 mil habitantes para implantação de Unidades de CREAS Municipal por meio da regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme pactuada pela Resolução CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013.

No Estado do Pará, até outubro de 2018, do total de 28 municípios aptos para a regionalização do PAEFI, 17 realizou adesão, o que representa 60,71% do total. O cofinanciamento federal para a oferta do serviço, transferido de forma regular e automática do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS), a cada município soma o valor corresponde a R\$ 5.000,00. O cofinanciamento estadual corresponde a R\$ 2.500,00, totalizando o valor de R\$ 7.500,00 mensais, para cada Unidade de CREAS municipal.

Para apoio aos municípios na implantação do CREAS, os três primeiros meses do cofinanciamento federal e estadual foram repassados em cota única. O repasse federal no valor de R\$ 15.000,00 e a contrapartida do Estado R\$ 7.500,00. O total recebido por cada município foi de R\$ 22.500,00. Seguem abaixo os valores totais do cofinanciamento federal e estadual do primeiro trimestre em cota única, por município.

Quadro 03 Municípios beneficiados com equipamento da emenda parlamentar estadual

Município	Cota única de 03 parcelas do Cofinanciamento Federal	Cota única de 03 parcelas do Cofinanciamento Estadual
Bom Jesus do Tocantins	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Brejo Grande do Araguaia	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Cumaru do Norte	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Curuá	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Curionópolis	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Faro	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Floresta do Araguaia	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Magalhães Barata	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Nova Timboteua	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Ourém	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Quatipuru	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00

Rio Maria	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
São Caetano de Odivelas	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
São Francisco do Pará	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
São João do Araguaia	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Santa Luzia do Pará	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Vitória do Xingu	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00
Total	R\$ 255.000,00	R\$ 127.500,00
	R\$ 382.500,00	

Fonte: SigPlan / 2018

Elaboração: SEASTER/DAS

Ação: Ações de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil

Produto: Pessoa Beneficiada

Tabela 04 execução Física e Financeira da ação Ações de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil.

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
216	1.330	615,74	250.000,00	288.003,58	115
Fonte: SigPlan					

Análise

A Ação de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil é executada na UO FEAS e tem por objetivo erradicar no Estado do Pará as situações de violação dos direitos da criança e do adolescente configuradas pela violência sexual (abuso e exploração sexual) e trabalho infantil, por meio da implementação de atividades como as audiências públicas, seminários, capacitações, oficinas, encontros e campanhas

As atividades são realizadas em parceria com o poder executivo estadual e as instâncias de debate e deliberação como o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) e o Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (FPETIPA).

A meta física prevista foi de 216 pessoas beneficiadas em 33 municípios das regiões do Araguaia, Carajás e Tapajós, no entanto, foi executada nas regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Caeté, Carajás, Guamá, Guajará, Marajó e Tocantins. A alteração de meta

programada e das regiões de integração decorreu do processo de regionalização do serviço de média complexidade por meio da implantação de CREAS Municipal nos municípios.

Do total de 17 municípios que realizaram o aceite à Regionalização do PAEFI, 12 receberam apoio técnico do estado por meio de capacitação no período de março a outubro de 2018, com o total de 348 pessoas beneficiadas. Esta atividade foi realizada com objetivo de compor e capacitar equipe técnica para atuar nos CREAS, dos municípios de Cumaru do Norte, Curuá, Curionópolis, Faro, Floresta do Araguaia, Magalhães Barata, Nova Timboteua, Quatipuru, Rio Maria, São Caetano, São Francisco do Pará e Santa Luzia do Pará, implantados conforme a Resolução nº 31, de outubro de 2013, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Audiências Públicas

A audiência pública é o espaço público de debate entre o poder público e a população, garantida constitucionalmente para viabilizar a participação social na construção de políticas públicas. Com objetivo de discutir a atuação do Estado no enfrentamento à violência sexual e trabalho Infantil, foram realizadas audiências públicas nas regiões Guajará, Caeté e Araguaia, respectivamente nos municípios de Belém, Capanema e Redenção. O total de participantes nas 03 Audiências Públicas foi de 522 pessoas.

Audiências Públicas sobre Violência Sexual e Trabalho Infantil, por região de integração.		
Região de Integração	Municípios	Total de Participantes
Guajará	Belém	100
Caeté	Capanema	200
Araguaia	Redenção	222
Total	03 Municípios	522

Fonte: CPSEMC/DAS/SEASTER, 2018.

Como objetivo de promover a ampliação do debate sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente configurada no Trabalho Infantil foram realizadas campanhas em 02 balneários do Estado no período de alta temporada das férias escolares, com o tema “Todos contra o Trabalho Infantil”. A primeira no distrito de Marudá, contou com a participação de 77 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos e a segunda no

distrito de Outeiro, onde participaram 73 crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 14 anos.

Ação: Implementação de Ações de Alta Complexidade

Produto: Pessoa Atendida

Tabela 05 execução Física e Financeira da ação Implementação de Ações de Alta Complexidade

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
595	784	131	6.270.000,00	12.448.716,00	198
Fonte: SigPlan					

Análise

Os serviços de alta complexidade são ofertados na modalidade de Serviço de Acolhimento Institucional, Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

No Estado do Pará, são executados diretamente pela SEASTER, os Serviços de Acolhimento Institucional à Mulher Vítima de Violência, a Idosos e Adultos e Famílias em Situação de Trânsito em Belém. Estes serviços são executados em **07** abrigos estaduais, sendo 04 destinados a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar e seus filhos, nos municípios de Altamira, Marabá, Santarém e Belém, 02 para idosos e 01 para migrante em trânsito, no município de Belém.

Serviço de Acolhimento à População Migrante

O Serviço de acolhimento à população migrante na modalidade casa de passagem é ofertado na Unidade de Atendimento ao Migrante em Trânsito Domingos Zahluth, localizado em Belém. Este serviço tem como objetivo garantir atendimento social, em caráter emergencial e provisório, a migrante em trânsito, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, sem recursos financeiros ou insuficientes para garantir suas

necessidades materiais/vitais e custear o seu retorno à cidade de origem ou ao seu destino final.

Em 2018, ganha destaque o atendimento aos índios venezuelanos da etnia Warao. Estes chegaram ao território brasileiro pelos Estados de Roraima, em seguida migraram para os Estados do Amazonas e Pará. O primeiro grupo foi acolhido na unidade, mas esta não comportou o crescente aumento da demanda, o que levou a SEASTER a mudar este espaço para novo endereço. A Casa de Passagem ao Migrante funciona atualmente em Belém, no bairro do Marco, e teve sua capacidade de atendimento aumentada e com adequações necessárias ao atendimento aos aspectos culturais desse povo.

O serviço de acolhimento ofertado na unidade, por meio do trabalho social, está sendo desenvolvido de forma humanizada, de acordo com a Resolução nº 109 de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e conta com apoio de um técnico venezuelano contratado pela SEASTER, que trabalha como intérprete da língua espanhola e do dialeto. Para desenvolver as atividades específicas com os Warao, atualmente a equipe conta com 01 Sociólogo, 02 Psicólogo (as), 07 Assistentes Sociais, 01 Enfermeiro e 22 Monitores (as) 24 horas.

Para contribuir com a autonomia dos Waraos é garantido o ensino da língua portuguesa, momentos de trocas de experiências e de informações sobre práticas empreendedoras do trabalho artesanal e apresentação das matérias primas locais de indígenas do Pará.

Todas as ações realizadas são complementares, com objetivo de promover a proteção integral e a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos, restabelecer vínculos familiares e sociais, possibilitar a convivência comunitária, promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais, favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia. Atualmente a unidade abriga **123 indígenas**. Ressalta-se, contudo a oscilação nesse quantitativo devida à alta rotatividade na Unidade.

Ação: Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência

Produto: Pessoa atendida

Tabela 06 execução Física e Financeira da ação Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
350	668	191	5.490.000,00	261.337,36	
Fonte: SigPlan					

A operacionalização da ação *Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência* é efetivada por meio do Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), coordenado pela SEASTER. Tem como objetivo a promoção de políticas públicas integradas voltadas para pessoa com deficiência mediante parcerias intersetoriais com instituições governamentais e não governamentais.

No espaço são desenvolvidas ações e serviços nas áreas de assistência social, saúde, trabalho, emprego e renda, habitação, inclusão digital, esporte e lazer, entre outros. A meta prevista foi ajustada para 2018 em relação a 2017, ainda assim, a execução extrapolou em 91% a meta prevista para este ano. A meta é somente para novos atendimentos.

O quadro a seguir mostra o total de 7.055 atendimentos, entre novos e remanescentes, realizados em todos os serviços executados no Centro.

Quadro 04 Nº de pessoas atendidas por serviços executados no CIIC em 2018

Serviços	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total Anual
Odontologia	149	161	194	183	211	213	053	-	143	073	1.380
Clínica médica	205	191	163	199	270	218	233	67	224	096	1.866
Serviço Social	248	193	221	204	248	229	-	247	221	-	1.811
Fonoaudiologia	139	097	130	106	133	118	114	099	125	074	1.135
Psicologia	104	084	107	090	112	098	090	119	-	059	863
Total mensal	845	726	815	782	974	876	490	532	713	302	7.055

Fonte: SEASTER/DAS/CIIC/ 2018

8.3.2. Programa Cheque Moradia Especial

O Programa Cheque Moradia Especial foi instituído através do Decreto Nº 173 de 29 de agosto de 2011, é executado em parceria com a Companhia de Habitação do Pará (COHAB), tem como objetivo atender as famílias das pessoas com deficiência na execução das obras e serviços de reformas e adaptações de suas unidades habitacionais residentes na Região Metropolitana de Belém, com prioridades ao de menor renda per capita dentro dos 03 salários mínimos, grau de complexidade da deficiência e maior número de beneficiários na família, particularmente envolvendo pessoa idosa.

A equipe técnica, durante o trabalho de visita social, identifica e articular o atendimento dessas famílias na rede de serviços socioassistencial com o encaminhamento para os programas sociais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Defensoria Pública, Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), associações, centro comunitários, dentre outros, conforme a situação de vulnerabilidade identificada.

Após a contemplação ao benefício é realizado a orientação individual aos usuários, com explicação de todas as etapas do benefício, assim como sua execução e prestação de contas, com a apresentação das notas fiscais. Após etapa da prestação de contas, é realizada a vistoria pela equipe de engenharia, com a finalidade de verificação in loco a aplicação da modalidade contemplada (Nova Construção ou Melhoria e Ampliação), no endereço do imóvel beneficiado.

Com relação à entrega de Cheque Moradia Especial, até o mês de outubro foram atendidas 45 famílias com a 1ª Etapa do Programa e 41 famílias com a 2ª etapa (figura abaixo), totalizando a concessão de 86 Cheques Moradia de 1ª e 2ª etapa. Estão aguardando análise e análise pela COHAB, 45 processos de 1ª Etapa e 22 processos de 2ª etapa.

Ação: Concessão de Benefícios à Pessoa Acometida pela Hanseníase e Pessoas/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária.

Produto: Pessoa beneficiada

Tabela 07 execução Física e Financeira da ação Concessão de Benefícios à Pessoa Acometida pela Hanseníase e Pessoas/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
2546	2435		23.888.000	18.676.741	78
Fonte: SigPlan					

Análise

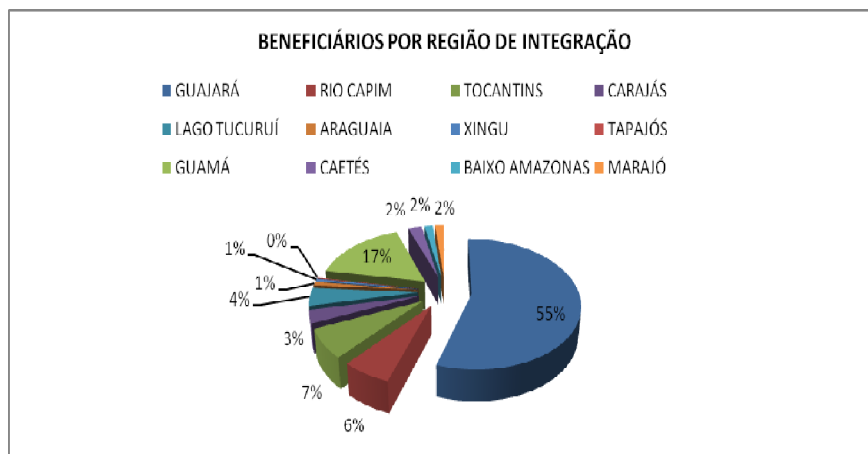
Esta ação contempla o Benefício Eventual às pessoas/famílias em situação de Vulnerabilidade Temporária e calamidade pública e o Benefício Estadual às Pessoas Acometidas pela Hanseníase. É executada na UO FEAS, com recurso exclusivo do Tesouro do Estado. A meta física apresenta percentual de 82% de execução.

Do total da meta realizada **2.049** corresponde ao número de beneficiários do Benefício Estadual às Pessoas Acometidas pela Hanseníase, que executou o montante de **R\$ 17.536.020,32**. O Benefício Eventual, Lei Estadual nº 7.789/2014, atendeu **386** a famílias, correspondente ao valor de **R\$ 1.140.721,00**.

Benefício Eventual às pessoas/famílias em situação de Vulnerabilidade Temporária

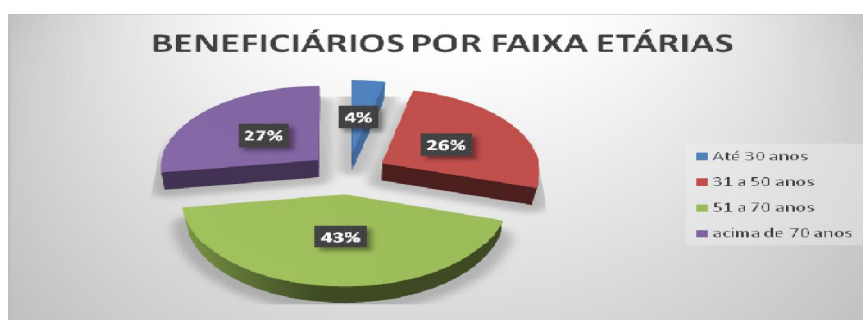
O Estado do Pará, por meio da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), com base na Lei Complementar 05/90, concede auxílio financeiro à pessoa acometida pela hanseníase e incapaz para o trabalho, com renda de até cinco salários mínimos, sendo garantido como direito no Art. 318, da Constituição Estadual, e consiste no pagamento correspondente a 90% do menor salário atribuído ao servidor público do Estado. O gráfico abaixo mostra o percentual de beneficiários por região de integração.

Gráfico 03 Percentual de beneficiários do BEPAH por Região de Integração



Fonte: COBEN/BEPAH/2018

Gráfico 04: Beneficiários por faixa etária.



FONTE: COBEN/BEPAH/201

As ações de operacionalização do benefício segundo a Lei 05/90 e a Instrução Operacional Nº01/2011-SEAS/DRCCP prevê que sejam feitas anualmente a Avaliação Médica dos beneficiários e a Revisão Social, com enfoque em bloqueios temporários, reversões de bloqueios e cancelamento de benefícios. Os dados coletados servem de base para alimentar o Sistema de Concessão de Benefícios (COBEN).

No ano corrente, foi realizada atualização cadastral em 87% dos municípios, restando 13% do total dos 103 municípios onde há beneficiários do BEPAH. Esta ação além do acompanhamento visa também à garantia da transferência de renda aos beneficiários que permanecem dentro dos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A tabela a seguir mostra os procedimentos mensalmente realizados.

Quadro 05 Tipos de procedimentos realizados

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Bloqueio Temporário	02	0	0	16	39	39	29	7	18	17		
Reversão de Bloqueio	12	17	5	0	4	13	20	21	5	02		
Óbitos	2	3	9	1	10	3	0	4	2	03		
Novas concessões	2	2	4	1	3	0	1	2	1	02		

Fonte: COBEN/BEPAH/2018

Ocorre à reversão do bloqueio quando comprovada a permanência dos critérios previsto na Lei 05/90, com esta regularização o beneficiário recebe um pagamento retroativo à data da suspensão no mês subsequente e após 90 dias se não ocorrer à regularização o benefício é cancelado.

O acompanhamento socioassistencial, realizado através das revisões sociais, identifica situações que são repassados à gestão municipal das políticas de Assistência Social e Saúde, possibilitando uma atuação mais efetiva diante da realidade encontrada, para reverter o quadro de avanço da hanseníase em nosso Estado, como também combater a discriminação/exclusão que essas pessoas enfrentam.

Benefício eventual (Lei Estadual nº 7.789 de 09 de Janeiro de 2014)

No atendimento as situações previstas na Lei Estadual nº 7.789 de 09 de Janeiro de 2014 que institui a concessão de benefícios eventuais no Estado, foram concedidos 423 benefícios a famílias de 06 municípios de 05 regiões de integração. Nos municípios de Paragominas, Rio Maria e Paraupabas em decorrência dos alagamentos provenientes de fortes chuvas. No município de Belém foram atendidas famílias vítimas de incêndio. O Benefício concedido ao município de Santarém foi destinado ao atendimento do Programa Municipal de Atenção Indígena.

As ações de articulação, visita técnica e acompanhamento referente ao atendimento às situações emergenciais, foram realizados em Parceria com os demais órgãos: Defesas Civis Estaduais e Municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Companhia de Habitação do Pará/COHAB, Fundação Papa João XXIII, Secretarias Municipais de Assistência Social, Defensoria Pública e Secretaria de Habitação Municipal/SEHAB, visando o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade temporária, no enfrentamento às situações de emergência.

Ação: Ações de Atenção à Pessoa Idosa e suas famílias

Produto: Idoso Beneficiado

Análise

Esta ação estava prevista para ser executada por meio da construção do Centro de Referência da Pessoa Idosa (CERPI), que trazia como proposta a realização de ações de Proteção Social Básica promovedoras do fortalecimento de vínculo familiar e comunitário prevenindo, desta forma, o isolamento e a institucionalização deste segmento populacional.

Tendo em vista os avanços no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi proposto o reordenamento dos serviços, estabelecendo a municipalização da Proteção Social Básica. Diante desse cenário, a construção do CERPI não será realizada, sem, contudo, implicar em descuntinuidade dos serviços, programas e projetos socioassistenciais voltados a este segmento, haja vista que a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) realiza o apoio financeiro com o repasse fundo a fundo aos municípios para viabilização da implantação e implementação dos serviços.

Ação: Apoio as Organizações não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial

Produto: Organização apoiada

Tabela 08 execução Física e Financeira da ação Apoio as Organizações não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
02	00		518.857	00	
Fonte: SigPlan					

Análise

Ação prevista para execução na UO SEASTER. Em 2017, não foram realizados convênios com instituições não governamentais da rede SUAS.

Objetivo 02: Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade para as populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Meta Regionalizada

Nº	Meta	Região de Integração
01	Atender 200 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Araguaia
02	Atender 800 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Baixo Amazonas
03	Atender 400 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Carajás
04	Atender 200 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Guajará
05	Atender 400 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Guamá
06	Atender 150 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Lago Tucuruí
07	Atender 300 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Marajó
08	Atender 300 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Rio Caeté
09	Atender 350 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Rio Capim
10	Atender 150 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Tapajós
11	Atender 200 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Tocantins
12	Atender 100 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos	Xingu

Avaliação

As metas regionalizadas programadas nesse objetivo são todas referentes à execução do PAA e atendeu as 12 regiões de integração. O PAA encerrou a execução referente ao período 2016/2018. Nesta fase o programa passa pelo processo de prestação de contas junto ao SESAN/MDS, aguardando posicionamento de uma nova proposta.

Em 2016 a região do Guajará executou a meta prevista. Em 2017 as regiões de Carajás, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins, também alcançaram a meta..

Em relação à região do Araguaia dos municípios incluídos na proposta somente Tucumã e Xinguara fizeram parceria e executaram o PAA, os demais não executaram o que dificultou o alcance da meta. A região do Marajó mantém seu cronograma de execução.

As metas previstas para as regiões do Baixo Amazonas, Lago Tucuruí, Tapajós e Xingu foram incluídas em nova proposta encaminhada ao MDS, ano 2018/2019, e até o presente momento não há uma posição sobre a aprovação da mesma.

2.1 Avaliação das Ações por objetivo

Ação: Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo

Produto: Família Atendida

Tabela 09 execução Física e Financeira da ação Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo

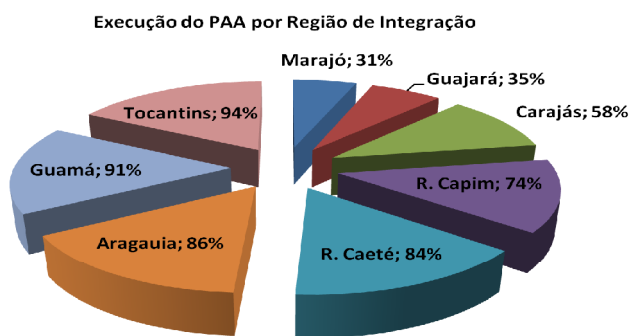
Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
1690	1169		403.500	250,00	
Fonte: SigPlan					

Análise

Esta ação operacionaliza o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), e tem como objetivo fortalecer economicamente o pequeno produtor familiar com aquisição da sua produção, valorizando a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos e o incentivo de hábitos alimentares saudáveis

O PAA encerrou a execução referente ao período 2016/2018. Nesta fase o programa passa pelo processo de prestação de contas junto ao SESAN/MDS, aguardando posicionamento de uma nova proposta. Os dados apresentados no gráfico a seguir mostram a execução do PAA por região de integração.

Gráfico 05 Execução do PAA por Região de Integração



Fonte: SigPlan

Observa-se que as regiões do Tocantins e Guamá executaram mais de 90% da meta prevista, já as regiões do Marajó e Guajará tiveram o menor índice de execução ficando bem abaixo de 50%. Os maiores entraves para melhor execução do programa foram a redução do número de produtos a serem comercializados devido às dificuldades de fiscalização e de vigilância sanitária municipal, inexistência do SIM em boa parte dos municípios quanto à qualidade dos alimentos.

Por outro lado, os preços dos alimentos comercializados ocasionaram descontentamento por parte das coordenações municipais, segundo as mesmas, não estavam acompanhando os preços praticados nos municípios, havendo bastante variação de uma região para outra no Estado do Para, porém ressaltamos que o tabelamento dos preços é deliberado pelo MDS a partir de uma média por cada Estado e pelo País, não tendo ingerência por parte dos Governos Estaduais.

Embora as dificuldades apresentadas certamente que o programa na geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar, assim como, para uma alimentação saudável e de qualidade aos usuários em situação de vulnerabilidade social e risco.

Ação: Implantação de Microsistemas de Abastecimento de Água

Produto: Família Atendida

Tabela 10 execução Física e Financeira da ação Implantação de Microsistemas de Abastecimento de Água

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
42	209	497	909.280,00	954.286,35	
Fonte: SigPlan					

Análise

O objetivo na operacionalização dessa ação é de promover as famílias em situação de vulnerabilidade social especialmente, as pertencentes ao grupo de populações tradicionais, o acesso à água de qualidade para consumo humano e em quantidade suficiente, enquanto garantia de direito humano nas zonas rurais e ribeirinhas por meio da implantação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais/Cisternas.

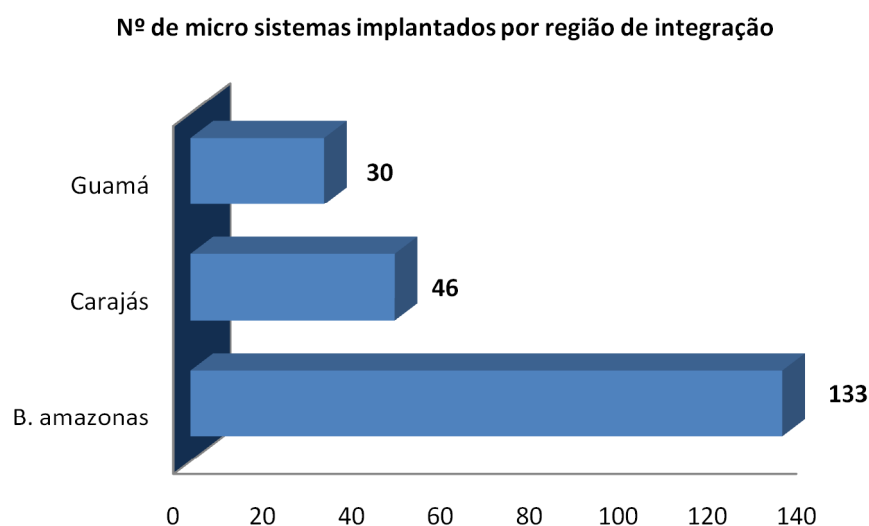
A execução da ação estava prevista para as regiões de Carajás, Lago Tucuruí, Marajó e Xingu. Todavia, essas metas passaram por um processo de ajustes e foram executadas somente em 03 regiões de integração: Baixo Amazonas, Carajás e Guamá.

Na região de Baixo Amazonas, foram implantadas 33 cisternas, no município de Santarém, realizada com recurso do convenio 059/2012/MDS/SEASTER, pois já fazia parte da meta três do referido convênio, onde o município foi contemplado desde o momento da habilitação do projeto junto ao MDS e que não foi orçada.

Na região de Carajás estava prevista 01 cisterna e foram implantadas 46, no município de Palestina do Pará como complemento da meta prevista no contrato 64/2014, convênio 59/2014, que era de 99 CISTERNAS. Por equívoco esta meta não foi programada no PPA 2018.

Na região do Guamá a implantação de 36 Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais/Cisternas no município de Curuçá foi em decorrência de ampliação de meta mediante a autorização do MDS para a utilização do recurso do convênio nº 59/2012 Cisternas, razão pela qual não foi possível programá-la para o exercício atual.

Gráfico 06 Microsistemas implantados por região de integração



Fonte: SigPlan

Ação: implementação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Produto: Equipamento Público Implementado.

Tabela 11 execução Física e Financeira da ação Implantação de Equipamentos Públicos de SAN

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
04	01	25	1.448.207,00	261.497,71	38
Fonte: SigPlan					

Análise

A meta física prevista para esta ação incluía o termino da construção e aparelhamento de 03 cozinhas comunitárias, nos municípios de Ulianópolis, Xinguar e Rondon do Pará. Todavia, este processo não foi concluído, tendo sido realizado a solicitação para aprovação de aditivo de prorrogação de prazo do Contrato de Repasse: 297.642-27/2009/MDS/CAIXA - Convênio: 706092/2009, para até 30/12/2018. Foi também solicitado aumento de contrapartida via SICONV, conforme orientado pela CAIXA e encaminhamento do Aditivo de aumento de contrapartida junto a CAIXA. Foi realizado novo processo licitatório com a Empresa de Engenharia em processo de execução e finalização da respectiva obra.

A meta física executada é referente ao restaurante Prato Popular, no município de Belém, que fornece 300 refeições/ dia ao público espontâneo, realizado em parceria com a Companhia Paraense de Refrigerantes (COMPAR).

Ação: Educação em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Produto: Pessoa Atendida

Tabela 12 execução Física e Financeira da ação Educação em Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
288	622	215	405.000,00	26.646,74	6,5
Fonte: SigPlan					

Análise

A ação tem como objetivo realizar atividades de educação alimentar e nutricional através de ações permanentes, que altere hábitos alimentares e estimule a prática da alimentação adequada e saudável para melhoria da qualidade de vida. Foi planejada para ser executada com recurso do Tesouro Estadual e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do convênio 036/2017, entretanto, o convênio não se efetivou e as metas planejadas foram realizadas somente com recurso do Tesouro do Estado e alcançaram 07 regiões de integração. Do total da meta executada 61% foram nas regiões do Guajará (147), Tocantis (123) e Rio Caeté (123).

O público alvo dessa ação foram as equipes técnicas dos equipamentos do SUAS, CRAS e CREAS, com objetivo de demonstrar na prática a integração do SUAS e SISAN, assim como, as famílias atendidas nesses espaços.

Na região de integração do Guajará, como parte do processo laboral para os idosos, foram implementadas ações do projeto “Horta no Lar”, na UAPI Lar da Providência, com implantação de canteiros suspensos para facilitar o acesso dos idosos, com colheita de 30 quilos de hortaliças.

Ação: Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SISAN e SINASE

Produto: Pessoa Capacitada

Tabela 13 execução Física e Financeira da ação Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SISAN e SINASE

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
164	265	161	199.998,00	36.303,55	18
Fonte: SigPlan					

Análise

O objetivo desta ação é fortalecimento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e instancias componentes do SISAN. Foi executada em 05 regiões de

integração, sendo a região de Rio Capim a que apresenta o maior quantitativo de meta executada com 62%.

As oficinas de capacitação tiveram como público alvo os trabalhadores da gestão municipal e objetivaram a implantação e Implementação dos Componentes do SISAN e Ações de Programas e Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dentre as dificuldades apresentadas destaca-se a falta de articulação entre os representantes do município que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o desconhecimento da Política de SAN. A fragilidade no processo de regulamentação do SISAN nos municípios (aprovação da Lei Municipal e Decreto de Regulamentação dos Componentes do SISAN). As ações de capacitação da gestão municipal contribuem para a superação dessas lacunas.

Ação: Realização de Vigilância Social e Gestão do Trabalho

Produto: Município Apoiado

Tabela 14 execução Física e Financeira

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
128	23	18	50.000	14.454	29
Fonte: SigPlan					

Análise

As ações de Monitoramento se operacionalizam por meio de reuniões ampliadas nas Secretarias Municipais de Assistências Social dos Municípios, visitas aos agricultores familiares do PAA e visita aos equipamentos da Assistência Social. A baixa execução da meta física é devida ao fato de parte desta ter sido executada conjuntamente com as ações de capacitação.

Esta ação contribui na sensibilização dos gestores municipais para a necessidade de aderir ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), principalmente para o

fortalecimento da Intersectorialidade e a participação social. Para tanto foram orientados a identificar as suas ações de SAN e proporcionar a articulação com os atores locais.

Objetivo 03: Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Meta Regionalizada

Nº	Meta	Região de Integração
01	Capacitar 800 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil	Araguaia
02	Capacitar 640 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil	Carajás
03	Capacitar 400 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil	Guajará
04	Implantar o Observatório de Vulnerabilidade e Risco Social	Guajará
05	Capacitar 170 profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas	Guamá
06	Capacitar 790 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil	Marajó
07	Capacitar 150 profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas	Rio Caeté
08	Capacitar 160 profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas	Rio Capim
09	Capacitar 300 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil	Tapajós
10	Capacitar 580 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos, famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil e álcool e outras drogas	Xingu

Avaliação

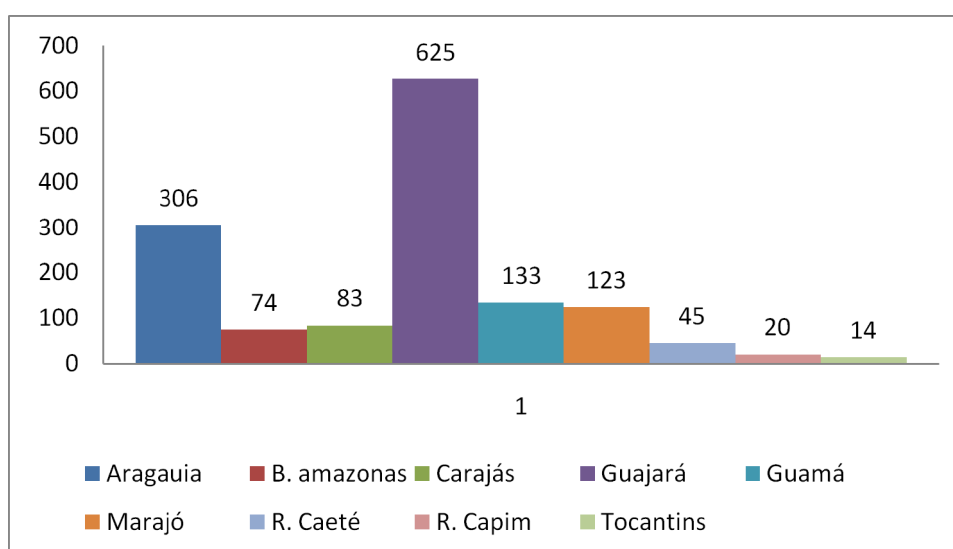
A meta referente ao o **Observatório de Vulnerabilidade e Risco Social** foi alcançada em 2016. As metas de **capacitar profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas** quando da revisão do PPA, exercício 2018/2019, ficou na responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH). As demais são executadas majoritariamente por meio da Ação de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil.

O total da **meta prevista para capacitar profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil** foi superestimada em decorrência da incorreção do cálculo quando da elaboração. Assim, a meta prevista para a região do Araguaia deveria ser de 200 profissionais capacitados ao longo do quadriênio e terminou sendo calculada para cada exercício. A mesma lógica se estende para as demais regiões.

Ressalte-se, entretanto, que as atividades desenvolvidas não se limitaram somente aos profissionais da área, mas estendeu-se a todos que de maneira formal e informal atua no enfrentamento a violação de direitos de crianças e adolescentes.

As atividades foram realizadas em parceria com o órgãos do poder executivo estadual e as instâncias de debate e deliberação como o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) e o Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (FPETIPA). No total foram capacitadas **1.423 pessoas**. Destas 93 foram Conselheiros Tutelares capacitados no ***Sistema para Infância e Adolescência (SIPIA)***.

Gráfico 07 Demonstrativo de execução da meta regionalizada



Fonte: SigPlan

3.1 Análise das Ações por objetivo

Ação: Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SISAN e SINASE

Produto: Pessoa Capacitada

Tabela 15 execução Física e Financeira da ação Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SISAN e SINASE

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
2317	2661	114	1.711.243	1.049.355	61
Fonte: SigPlan					

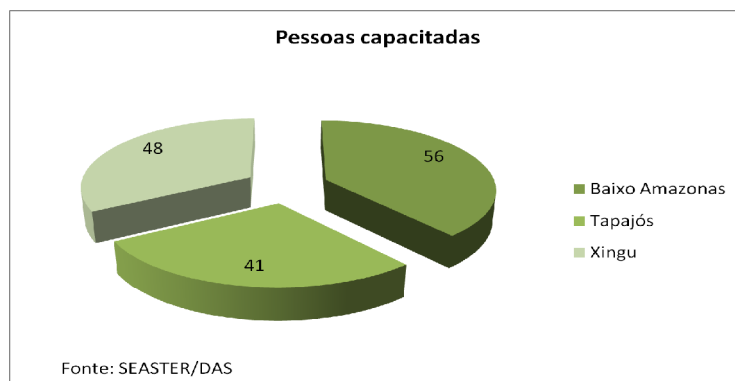
Análise

A execução da meta física da ação superou a meta prevista e alcançou 114%, sendo realizada em todas as regiões de integração. Esta tem como objetivo promover o fortalecimento da gestão do SUAS por intermédio da educação permanente dos trabalhadores e da gestão do trabalho necessários ao funcionamento do Sistema, assim como, ações capazes de instrumentalizar gestores, coordenadores, técnicos e operadores de sistemas com o objetivo de apoiar na execução de serviços, benefícios e programas de transferência de renda. Essas capacitações foram realizadas por meio do Programa CapacitaSUAS, Formação Continuada do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e Benefícios Assistenciais e Programa Operadores do SUAS.

a) Programa CapacitaSUAS

No período de maio a junho de 2018, foram ofertados aos municípios das regiões Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu, os cursos de *Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS*. Os cursos foram realizados nos pólos Altamira, Itaituba e Santarém. Foram ofertados a 29 municípios, mas participaram somente 22, no total de **140 pessoas capacitadas**, conforme demonstra gráfico abaixo.

Gráfico 08 Nº de pessoas capacitadas no CapacitaSUAS



b) Programa Operadores do SUAS

O Programa “Operadores do SUAS” instituído pelo Governo do Estado do Pará, e executado pela SEASTER, utilizando-se dos princípios da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) e das normativas do Núcleo Estadual de Educação Permanente (NEEP) é um programa de capacitação que se estende a todos os trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS com objetivo de produzir, analisar e disseminar conhecimentos para subsidiar a qualidade dos serviços na execução da Política de Assistência Social. No total foram capacitadas **426 pessoas**.

A metodologia utilizada tem fundamento no princípio da educação permanente sendo exercido no formato *regionalizado, presencial* com carga horária mínima de 20 h, de acordo com a Resolução nº8/2012-CNAS, *sistemático e continuado* com níveis formativos progressivos, rompendo com capacitações pontuais e fragmentadas, *participativo* envolvendo diferentes categorias profissionais envolvidas no processo, conselheiros de direito e financiamento totalmente estadual.

c) Capacitação Criança Feliz

Foram realizadas atividades de capacitação do Método Cuidado do Desenvolvimento da Criança e do Guia do Visitador para novos supervisores e visitadores dos municípios que aderiram ao programa com **432 pessoas capacitadas**.

d) I Oficina de Financiamento do SUAS

A realização da oficina com tema Gestão Financeira e Orçamentária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), teve como objetivo capacitar gestores, técnicos e conselheiros da Política da Assistência Social sobre os instrumentos de gestão compreendidos no orçamento e nos fundos de assistência social, com foco na responsabilidade dos entes federados no planejamento financeiro e na prestação de contas do cofinanciamento estadual. Foram realizadas capacitações nos municípios de Belém, Santarém e Parauapebas com a participação de municípios das regiões do Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Tucuruí. Foram **capacitadas 263 pessoas**

e) Capacitação sobre Vigilância Socioassistencial

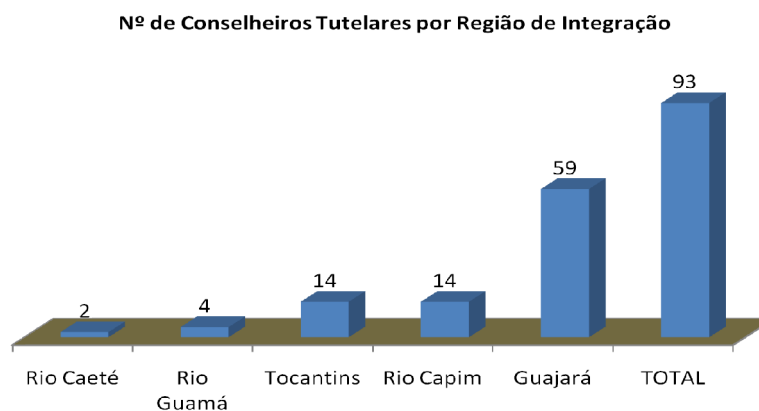
A Capacitação sobre Vigilância Socioassistencial realizada em setembro de 2018 contemplou os municípios das regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago Tucuui, Tapajós e Xingu. No total foram 48 municípios e **191 pessoas capacitadas**. O objetivo foi capacitar gestores e trabalhadores do SUAS sobre indicadores sociais, diagnóstico, monitoramento e avaliação, sistemas de Informação da REDE SUAS, SUAS PARÁ e Prontuário SUAS.

f) Capacitação do Sistema para Infância e Adolescência (SIPIA)

O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais instituído no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este sistema tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional, constituindo-se em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor. O sistema opera sobre uma base comum de dados definida como Núcleo Básico Brasil (NBB), colhidos e agrupados homogeneamente nas diferentes Unidades Federadas, através de instrumento único de registro. Assim, os Conselhos Tutelares são responsáveis por receber as denúncias e providenciar as medidas que levem ao ressarcimento do direito.

A SEASTER realizou a capacitação do SIPIA para **93 conselheiros tutelares** de 20 municípios em 05 regiões de integração, conforme descrito na tabela abaixo.

Gráfico 09 Nº de Conselheiros Tutelares capacitados no SIPIA por região de integração



Fonte: SEASTER/DAS

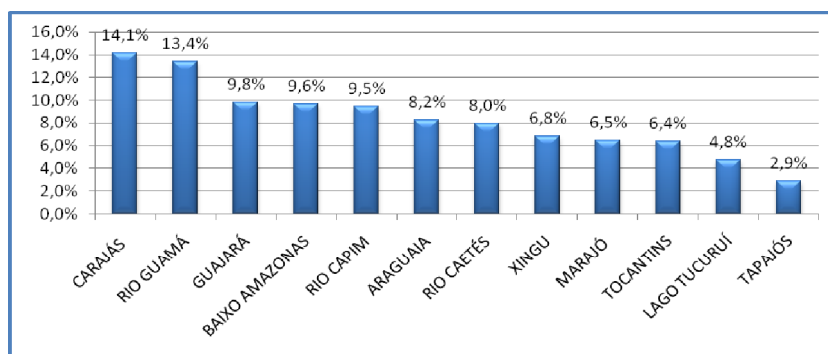
e) Formação Continuada do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e Benefícios Assistenciais

As capacitações e eventos estão Previstas no Plano de Treinamento Estadual – 2018, pactuado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e apresentado, deliberado e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), por meio da Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – Resolução CEAS nº 09/2018, de 06/06/2018, que aprovou o Plano de Aplicação do Índice de Gestão Descentralizada dos Estados (IGDE BF) 2018.

O Plano teve como desafio dá maior evidência ao Cadastro Único do Governo Federal e o fortalecimento das ações intersetoriais na gestão do Programa Bolsa Família, desafiou que impulsionou a realização do ***Encontro Estadual do Cadastro Único: combatendo a extrema pobreza no Pará*** e do ***Encontro Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único***.

Considerando a agenda de capacitações, do plano acima citado, foram capacitados o total de 1.068 pessoas de 141 municípios paraenses. Sendo que apenas 03 (três) não aderiram ao convite, são eles: Cachoeira do Piriá, Sapucaia, e Soure. Logo, houve um atendimento de 98% dos municípios.

Gráfico 10: Percentual da Participação nas capacitações por região de integração



Fonte: Relatórios de Capacitação DRCCP/SEASTER – 2018

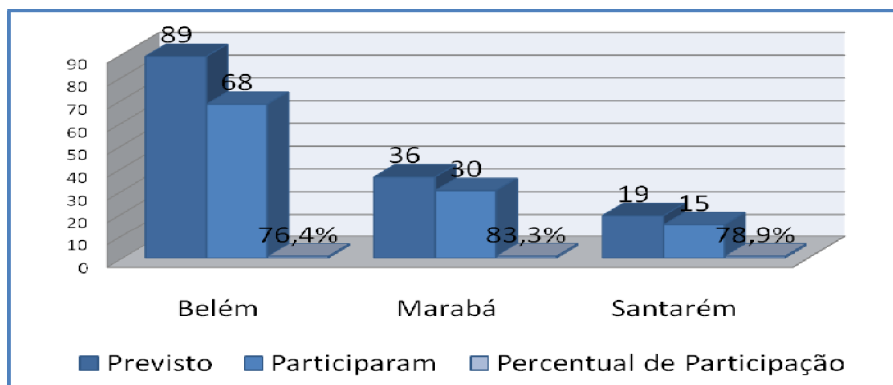
Elaboração: CGBTR – DRCCP/SEASTER. Novembro/2018.

- **Encontro Estadual do Cadastro Único: Combatendo A Extrema Pobreza No Estado Pará**

O Encontro Estadual do Cadastro Único: combatendo a extrema pobreza no estado do Pará foi destinado aos Gestores e técnicos municipais responsáveis na execução do Cadastro Único. Teve o objetivo de fortalecer as ações municipais na execução do Cadastro Único, busca ativa e identificação dos Grupos Tradicionais e Específicos, bem como, contribuir na utilização do Cadastro Único como ferramenta de planejamento e de gestão. Este é o principal instrumento de identificação, caracterização, seleção e inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal aos diversos programas sociais, contribuindo para o planejamento de ações e programas sociais nas três esferas de governo.

Realizado de forma regionalizada, aconteceu nos pólos Belém, Santarém e Marabá (Gráfico 1). O evento teve uma participação de 78% dos municípios paraense nos três pólos, totalizando 112 municípios, e contou com a participação de 246 pessoas das 12 regiões de integração do Estado.

Gráfico 11 Participação dos municípios por Polo



Fonte: Relatórios de Capacitação DRCCP/SEASTER – 2018

Elaboração: CGBTR – DRCCP/SEASTER. Maio de 2018.

- **Encontro Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único**

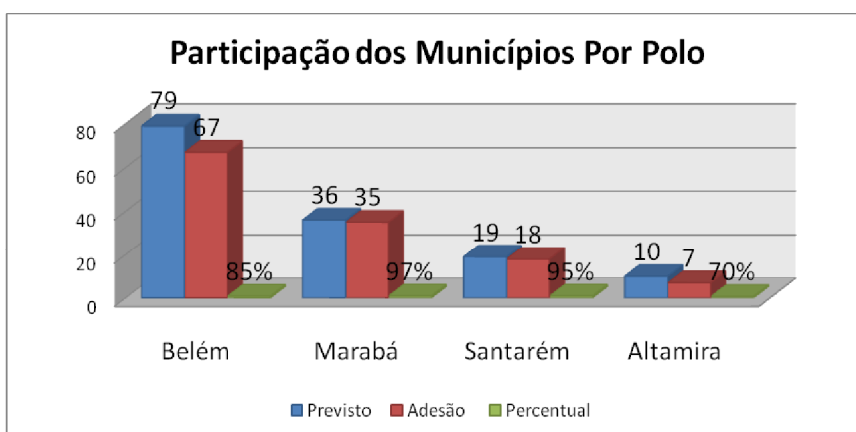
O Encontro Intersetorial de Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família foi destinado aos Gestores e técnicos responsáveis na execução do Cadastro Único e Programa Bolsa Família nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação e conselheiros municipais de Assistência Social. A agenda foi pactuada com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no Plano Estadual de Treinamento do Cadastro Único e Programa Bolsa Família 2018.

O objetivo do encontro foi fortalecer a intersetorialidade da gestão municipal, na elaboração de estratégias de superação das dificuldades no processo de operacionalidade, tais como: atualização cadastral, realização de busca ativa, cumprimento das condicionalidades, acompanhamento familiar e inserção das famílias na rede socioassistencial.

A intersetorialidade constitui o grande desafio da Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, seu exercício tem como objetivo garantir às famílias beneficiárias do PBF o acesso a outras políticas ligadas às áreas de saúde, educação e assistência social, contribuindo dessa forma para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza e para o desenvolvimento das capacidades e habilidades das famílias. Os estados possuem um papel fundamental na gestão do Programa, destacando-se como sua atribuição à coordenação intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades; capacitação e apoio técnico aos municípios e fortalecimento do controle e da participação social. O

encontro contou com a participação geral de 474 pessoas, de 127 municípios paraenses das 12 regiões do Estado.

Gráfico 12 Municípios Atendidos Por Pólo



Fonte: Relatórios de Capacitação DRCCP/SEASTER – 2018

Elaboração: CGBTR – DRCCP/SEASTER. Maio de 2018.

- **Capacitação de Formulários – Entrevistadores do Cadastro Único**

A capacitação tem o objetivo de tornar os entrevistadores aptos a realizarem a entrevista dentro dos critérios éticos e aplicando os conceitos do Cadastro Único, com o preenchimento correto dos formulários. A capacitação tem a carga horária de 24 horas, distribuído o conteúdo programático em 03 dias de formação.

A metodologia é de atividades de autoinstrução e presencial, em sala de aula, com a utilização de técnicas pedagógicas diversificadas, tais como: exposição dialogada, dinâmicas de grupo, vídeos, atividades práticas e vivenciais, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

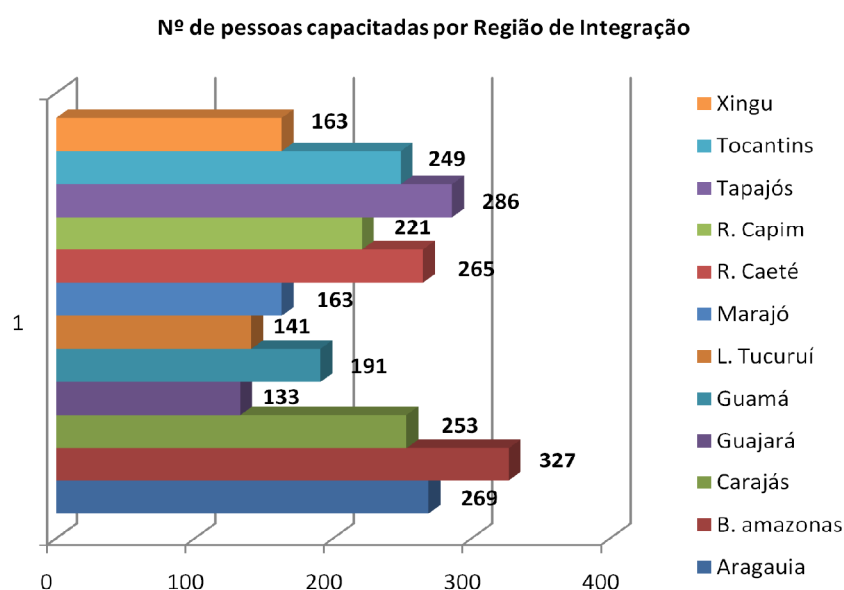
- **Capacitação de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família**

A Capacitação de Gestão do Cadastro Único e PBF têm o objetivo de tornar gestores, coordenadores e técnicos municipais habilitados a gerenciar com eficiência e eficácia o Cadastro Único de Programas Sociais e o Programa Bolsa Família; busca ainda, fortalecer procedimentos operacionais e encaminhamento técnicos para referenciamento das famílias

à rede de serviços socioassistenciais, considerando as situações de vulnerabilidade e risco apresentado por cada família.

As capacitações buscam subsidiar e fortalecer as gestões municipais na execução e operacionalização dos programas sociais, representando importante ação de enfrentamento das situações de pobreza e vulnerabilidades social. Cconstituem ações continuadas e tem como objetivo alcançar no final do processo melhorias e avanços na gestão municipal referentes a execução dos programas e serviços e no atendimento das famílias, com espaços adequados e humanizados, orientações e encaminhamentos técnicos conforme legislação vigente do Cadastro Único, programas e benefícios assistenciais. A carga horária foi de 36 horas com duração de 05 dias, realizado nos padrões solicitados pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Gráfico 13 Nº de pessoas capacitadas por região de integração



Fonte: SEASTER/DAS

Ação: Realização de Vigilância Social e Gestão do Trabalho

Produto: Município Apoiado

Tabela 16 execução Física e Financeira da ação Realização de Monitoramento, Vigilância Social e Gestão do Trabalho

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
144	144	100	569.914	263.394	46
Fonte: SigPlan					

Análise

A ação tem como objetivo monitorar e assessorar a gestão e execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. A meta foi inicialmente prevista para atender 136 municípios, mas alcançou os 144 municípios do Estado. Esta ação é realizada de forma presencial no município, pelo monitoramento dos sistemas de informação, reuniões técnicas, oficinas colaborativas e encontros para apoio técnico. Neste ano, 60 municípios receberam as equipes técnicas da SEASTER, o que corresponde a 41,66 % dos municípios do Estado.

a) Assessoramento Técnico Continuado

O Assessoramento técnico continuado à gestão municipal do Cadastro Único e Programa Bolsa Família atendeu aos municípios que apresentaram demandas de apoio técnico e/ou dificuldades operacionais, tais como: baixos índices de acompanhamento dos beneficiários nas condicionalidades de saúde, educação e assistência social; conselho gestor desarticulado e gestão deficitária; municípios prioritários com dificuldade de gestão e aqueles com dificuldades de recebimento de recursos financeiros de apoio à gestão (IGD-BF).

b) Projeto de Apoio Técnico Integrado – PROATEI

O Projeto de Apoio Técnico Integrado (PROATEI) foi elaborado no ano de 2011 com o objetivo de prestar apoio técnico integrado as Gestões municipais que apresentam índices de gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa família (PBF) inferiores aos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na execução do PROATEI são realizadas visitas técnicas aos municípios com a participação da SEASTER, SESPA e SEDUC, buscando o fortalecimento da intersetorialidade, bem como a elaboração de estratégias de superação das dificuldades no processo de operacionalidade da gestão do PBF. A realização do projeto PROATEI contribuiu para melhoria e fortalecimento das gestões municipais do Cadastro Único e do PBF, referente as recomendações técnicas contidas nas legislações pertinentes e aconteceu em 08 municípios.

c) Benefício de Prestação Continuada (BPC): BPC na Escola e BPC no Cadastro Único

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993; pelas Leis Federais de nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011, que alteraram os dispositivos da LOAS e pelo Decreto Federal nº 6.214/2007 que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata. No Estado do Pará são 211.746 beneficiários, sendo 119.539 para pessoas com deficiência e 92.207 para idosos.

- **Programa BPC na Escola**

O Programa BPC na Escola foi criado pela Portaria Normativa Intersetorial nº 18 de 24.04.2007, tendo como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência, na escola, de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com deficiência, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

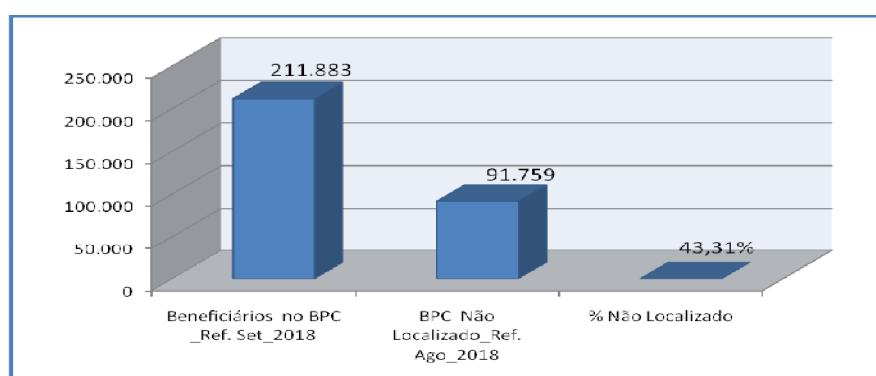
Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de **ações intersetoriais**, envolvendo as políticas de **Educação, Assistência Social, Saúde e de Direitos Humanos**, com vistas à superação dessas barreiras. Dentre as ações realizadas, está a capacitação, em atendimento a solicitação da gestão municipal sobre a aplicação do questionário para Identificação dessas barreiras.

- **BPC no Cadastro Único**

O Decreto Nº 9.462, de 8 de agosto de 2018, Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico. Dentre as alterações destaca-se:

- “o art. 10”. A pessoa com deficiência e o idoso deverão informar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e apresentar documento com foto reconhecido por lei como prova de identidade do requerente.
- Parágrafo único. “As crianças e os adolescentes menores de dezesseis anos poderão apresentar apenas a certidão de nascimento para fins da identificação de que trata o caput.”
- "art. 12. § 1º O beneficiário que não realizar a inscrição ou atualização no Cadastro Único terá seu benefício suspenso após encerrado o prazo estabelecido na legislação.

Gráfico 14 Panorama da Inclusão dos Beneficiários do BPC no Cadastro Único no Estado do Pará.



Fonte: Relatórios de Capacitação SEASTER/DRCCP/2018

Outras atividades desta ação são apoio técnico para implantação e implementação do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz (PCF) e a realização dos encontros com gestores municipais para discussão de serviços e demandas de Alta Complexidade.

Ação: Apoio a Organismos de Controle Social

Produto: Organismo Apoiado

Tabela 17 execução Física e Financeira da ação Apoio a Organismos de Controle Social

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
05	05	100	484.757	524.478	108
Fonte: SigPlan					

Análise

Nesta ação, as ações do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI), são executadas na UO FEAS e as do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDPD) e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS), são executadas na UO SEASTER.

O CEAS realizou Oficina de Assessoramento aos conselheiros municipais de assistência social com a finalidade de proporcionar reflexão crítica e sistemática quanto a adequada atuação destes consoantes aos princípios e parâmetros da política Pública de Assistência Social. Também participou da Reunião Regional Norte do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com os CEAS da Região Norte, realizada em Palmas/TO, tendo como tema Gestão Democrática e Controle Social.

O CEDCA com objetivo de fortalecer a integração entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil de defesa, promoção e controle dos Direitos de Crianças e Adolescentes se fez representar no Lançamento da campanha Maio Laranja, combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; Primeiro Encontro Estadual de Usuários do SUAS do Pará; Seminário de Lançamento do Programa de Entrega Voluntária de Crianças para Adoção; Seminário Estadual Criança Não é de Rua, com o tema: Disseminação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua; na capacitação realizada pela SEASTER para Conselheiros Tutelares do município de Ananindeua

sobre o SIPIA; II Congresso Brasileiro de Enfretamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, em Brasília promovido pela Campanha ANA - Aliança Nacional de Adolescentes por Direitos Sexuais LGBTI, Projeto Co-Financiado pela União Europeia.

Realização de eventos: Roda de Conversa sobre as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente que contou com a contribuição de Secretarias Estaduais, Superintendência Regional do Trabalho, Ministério Público Estadual, Adolescentes (inclusive palestrantes) e especialistas da área.

Assessoramento presencial a 26 municípios, quando da realização de suas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente e parceria na realização do WORKSHOP “Diálogos entre redes e fóruns de promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes: perspectivas e desafios a partir da Resolução nº 181/2016 do CONANDA”, que teve o objetivo de discutir o atendimento intercultural às crianças e os adolescentes de povos e comunidades tradicionais, com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº. 181/2016 do CONANDA.

PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O Programa Trabalho, Emprego e Renda tem 10 ações, 15 metas regionalizadas, em 02 objetivos: Fortalecer a economia solidária e o empreendedorismo e Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho.

Avaliação das Metas Regionalizadas e Ações por Objetivo de Programa

Objetivo 01: Fomentar a economia solidária e o empreendedorismo

Meta Regionalizada

Nº	Meta	Região de Integração
06	Realizar 04 Feiras Estaduais de Economia Solidária e Empreendedorismo: Belém (2016, 2018, 2018, 2019).	Guajará
07	Realizar 04 Feiras Estaduais de Artesanato: Belém (2016, 2018, 2018, 2019).	Guajará

Avaliação

A partir da revisão do PPA, exercício 2018/2019, ficou definida como metas regionalizadas a realização das Feiras Estaduais de Economia Solidária e Empreendedorismo e a do Artesanato.

Em 2018 foi realizada a VI FESARTE, no período de 22 a 25 de novembro. A feira comercializou 10.210 peças com montante de recurso no valor de R\$ 95.000. Participaram do evento de forma direta e indireta 537 artesãos, integrantes de associações, cooperativas, assim como, Microempreendedores Individuais e trabalhadores manuais, representados por 180 expositores, com 22 municípios envolvidos.

1.2 Análise das Ações por objetivo

Ação: Apoio a Unidades Produtivas

Produto: Unidade Produtiva Apoiada

Tabela 18 execução Física e Financeira da ação Apoio a Unidades Produtivas

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
13	21		572.800	63.568	11
Fonte: SigPlan					

Análise

Nesta ação são executadas as atividades do projeto Pró Catadora Ativação Pará, voltado à melhoria das condições de vida e trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis. As atividades, por força de convênio, são discutidas e deliberadas pelo Comitê Interinstitucional para inclusão Social e Econômica desse segmento. A meta executada é referente às associações e cooperativas, cujos membros, receberam os kit's de Equipamento de Proteção individual (EPI'S). No total foram entregues 34 kit's.

Ação: Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercado

Produto: Empreendimento Atendido

Tabela 19 execução Física e Financeira da ação Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercado

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
1.499	70		342.500	132.628	
Fonte: SigPlan					

Análise

Nesta ação são apoiados os trabalhadores da Economia Solidária e Empreendedorismo, com divulgação e comercialização de seus produtos, mediante técnicas para a mobilização e levantamento de informações, apoio na participação dos artesãos em feiras nacionais, organização, coordenação e execução de feiras locais e estadual com avaliação e seleção das peças a serem expostas (Curadoria). O total de artesãos apoiados nessas feiras foi de 669, com montante de recurso de R\$ 488.687 e 48.210 peças comercializadas.

Evento	Nº de artesãos	Nº de peças comercializadas	Valor comercializado (R\$)
Feira POP UP	12		1.500
10º Salão de Artesanato (Brasília)	32	5.496	51.605
XIX FENEARTE (Olinda)	33	25.217	229.176
11º Salão de Artesanato (SP)	55	7.555	111.406
VI FESART	537	10.210	95.000
Total	669	48.210	488.687

Fonte: SEASTER/DQPE

- **VI Feira de Artesanato Paraense (FESARTE)**

A FESARTE foi realizada no Centro Cultural e Turismo “Tancredo Neves” (CENTUR), no período de 22 a 25 de novembro. A feira foi visitada por aproximadamente 16.000 pessoas e comercialização de 10.210 peças com montante de recurso no valor de R\$ 95.000. Participaram do evento de forma direta e indireta 537 artesãos, integrantes de associações, cooperativas, assim como, Microempreendedores Individuais e trabalhadores manuais, representados por 180 expositores, com 22 municípios envolvidos.

Em relação ao total apurado, as 05 entidades que tiveram maior faturamento foram: Rede Preta de Empreendedores Artesãos, Asagb, Asapap, Asamab e a artesã individual Débora Brilhante, que juntas, alcançaram 41% do total arrecadado, o que representou uma soma de R\$ 38.950,00. Durante o evento, ocorreram palestras e oficinas de demonstração em diversas tipologias de artesanato (direcionadas aos artesãos), da efetivação do cadastro e entrega de Carteira do Artesão.

Os dados apresentados mostram a importância de eventos desta natureza para inserção cultural, social e econômica do artesão paraense, e o atendimento aos objetivos do

Programa Estadual do Artesanato Paraense na medida em que possibilita ao trabalhador artesão o reconhecimento de sua atividade profissional, a geração de renda, o cadastramento no Sistema Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB) e a qualificação para produção e gestão de seus negócios.

Ação: Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos

Produto: Empreendedor Atendido

Tabela 20 execução Física e Financeira da ação Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
2555	1103	43	412.500	347.424	84
Fonte: SigPlan					

Análise

Esta ação tem por finalidade assessorar e monitorar trabalhadores da Economia Solidária e Empreendedorismo Individual e Coletivo. Foi executado 84% da meta financeira em relação à meta prevista. Do montante executado 67%, correspondendo a R\$ 280.000 foi referente ao Contrato Nº 017/2016, relacionado à execução da Capacitação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis em economia solidária, cooperativismo, auto-gestão, cadeia produtiva de resíduos e informática, parte integrante do Projeto Pró-Catador/Ativação Pará, nos termos do Convênio Federal nº. 089/2012/MTE/SENAES, realizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (ABRADESA).

Quadro 06 Demonstrativo de resultados obtidos na ação de capacitação de catadores (as)

Região de Integração	Municípios	Empreendedores atendidos
Guajará	Ananindeua	44
	Belém	87
	Benevides	21
	Marituba	19
	Total	171
Baixo Amazonas	Santarém	89
Rio Capim	Paragominas	44
Total Geral		304

Fonte: SEASTER/DQPE

Foi realizado assessoramento visando à melhoria do processo da produção artesanal e preparação dos artesãos e Trabalhadores Manuais para participação em eventos/Feiras locais, estadual e nacional, sobre o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), de acordo com a Nova Base Conceitual, publicada por meio da Portaria Nº 1.007-SEI, de 11 de Junho de 2018 e o processo de habilitação aos editais de chamamento público para participação em feiras nacionais, além da inserção de 703 novos artesãos no Sistema de Informações de Cadastro do Artesanato Brasileiro – SICAB.

Objetivo 02: Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho

Meta Regionalizada

Nº	Meta	Região de Integração
01	Qualificar 80 jovens da socioeducação para o mercado de trabalho	Guajará
02	Qualificar 80 Pessoas com Deficiência (PCDs) para o mercado de trabalho	Guajará
03	Elaborar o Plano Estadual de Trabalho, Emprego e Renda	Guajará
04	Qualificar 26 Pessoas com Deficiência (PCDs) para o mercado de trabalho	Guamá
05	Qualificar 20 trabalhadores de comunidades tradicionais	Guamá
06	Qualificar 20 trabalhadores de comunidades tradicionais	Marajó
07	Qualificar 40 trabalhadores de comunidades tradicionais	Tocantins

Avaliação

A partir da revisão do PPA para o exercício 2018/2019 ficaram definidas 07 metas regionalizadas. A Elaboração do Plano Estadual de Trabalho, Emprego e Renda está em elaboração, com previsão de entrega de minuta para apreciação do Conselho Estadual de

Emprego, Trabalho e Renda no mês de dezembro do ano em curso. Em 2019 o Plano será submetido à avaliação em outras instâncias para a sua aprovação final e criação por meio de projeto de Lei. As metas de qualificação serão executadas no final de 2018 e primeiro semestre de 2019.

2.1 Análise das Ações por objetivo

Ação: Apoio as instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda

Produto: Instituição Apoiada

Tabela 21 execução Física e Financeira da ação Apoio as instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
02	0		60.000	0	
Fonte: SigPlan					

Análise

As políticas de Trabalho, Emprego e Renda desenvolvidas pela SEASTER, contam com duas Instituições criadas com a finalidade de participar das definições das ações a serem executadas bem como do acompanhamento e avaliação de suas implementações. Nesse aspecto cabe hoje à SEASTER a coordenação do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda e do Conselho Estadual de Economia Solidária.

O primeiro desenvolveu suas atividades básicas na condição de Comissão Estadual de Emprego até o dia 29 de setembro de 2018 quando, por meio da Lei Estadual nº 8.542 a Comissão foi transformada em Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.

Quanto ao Conselho Estadual de Economia Solidária, não foi registrada qualquer atividade em 2018, pois em virtude da reforma da estrutura administrativa do estado através da Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, surgiu a necessidade de propor uma nova composição desse Conselho, nas representações do poder público, a qual se encontra atualmente sob análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Ação: Qualificação Social e Profissional

Produto: Pessoa Qualificada

Tabela 22 execução Física e Financeira da ação Qualificação Social e Profissional

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
2500			1.250.000	565.120	45
Fonte: SigPlan					

Análise

A meta prevista para o exercício de 2018 foi 2.500 pessoas qualificadas sem, contudo, ser resguardado a equiparação financeira estabelecida, fixando-se um valor de R\$1.250.000,00 para o desenvolvimento da ação. Assim, face à restrição orçamentária redimensionou-se para 890 o número de pessoas a serem qualificadas. Por outro lado, o corte de metas ensejou a necessidade de uma nova recomposição de municípios a serem atendidos, cujo número passou de 93 para 14. Na seleção desses municípios priorizaram-se os que se encontram em uma lista de 25 prioritários nas ações da SEASTER, considerando indicadores que os colocam em situação de grande vulnerabilidade socioeconômica, somado ao fato de não terem sido atendidos com cursos de qualificação profissional na atual gestão e, com reiteradas solicitações dessas ações, junto à gestão dessa secretaria de estado.

Vencida a etapa de readequação no planejamento passou-se para a fase seguinte, referente à abertura do processo licitatório para a contratação de entidades executoras dos cursos a serem ministrados. O processo foi liberado no mês de junho e finalizado em outubro, com as ações iniciadas em 05 de novembro do ano em curso, estimando-se o atendimento a 296 pessoas até o final de dezembro, enquanto as 594 restantes serão atendidas até o final do primeiro trimestre de 2019.

Para a seleção dos cursos a serem ministrados considerou-se, além da demanda espontânea de gestores municipais, informações sobre aspectos da empregabilidade municipal com base em dados disponíveis no Ministério do Trabalho e no IBGE, bem como nos levantamentos de identificação de demandas construídos coletivamente em Seminários

com entidades governamentais e não governamentais em atuação no município, sob a coordenação da SEASTER. Ao garantir aos municípios a execução de cursos condizentes com suas prioridades econômicas, a SEASTER por meio de seu programa “Qualifica Pará” traz grande contribuição para um maior acesso ao emprego formal ou ao trabalho como Empreendedor ou Trabalhador por Conta Própria, sobretudo àquelas pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido priorizou-se o seguinte público:

- Trabalhadores (as) sem ocupação cadastrados (as) nas agências do Sistema Nacional de Emprego/SINEs;
- Pessoas que trabalham em condições autônomas;
- Trabalhadores (as) referentes a política de inclusão social;
- Trabalhadores (as) domésticos;
- Trabalhadores (as) em situação especial (egressos do sistema penal, jovens de medida socioeducativas, PCD, outros);
- Trabalhadores (as) para o desenvolvimento e geração de emprego e renda;
- Trabalhadores (as) rurais, agricultores familiares e da pesca.

Ressalte-se que os cursos obedecem ao recomendado na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) quanto aos seus conteúdos e carga horária, variando de 100 a 180 horas. Nessa primeira etapa o atendimento abrange quatro municípios de três Regiões de Integração, num total de 16 turmas, conforme informações do quadro a seguir.

Quadro 07 Número de pessoas a serem qualificadas por região de integração

Nº de Pessoas a serem qualificadas por Região de Integração em 2018				
MUNICÍPIOS		AÇÕES/CURSOS	CH	META
Guajará	Belém	Vendedor de comércio varejista	100	20
		Pintor predial	140	20
		Informática básica	100	14
		Eletricista predial e residencial	160	14
		Pedreiro	160	20
		Operador de caixa/informática	100	14
	sub-total		760	102
	Ananindeua	Cabeleireiro	140	20
		Panificação e confeitaria	160	14
		Vendedor de comércio varejista	100	20
		Horticultura orgânica	100	20
	sub-total		500	74
Tocantins	Barcarena	Vendedor de comércio varejista	100	20
		Culinária básica	120	20
		Mecânica de motocicletas	180	20
	sub-total		400	60
Marajó	Breves	Eletricista predial e residencial	160	20
		Pedreiro	160	20
		Almoxarife	160	20
	sub-total		480	60
Total			2.140	296

Fonte e Elaboração: SEASTER/ DQPE

Ação: Implementação da Casa do Trabalhador

Produto: Trabalhador Atendido

Tabela 23 execução Física e Financeira da ação Implementação da Casa do Trabalhador

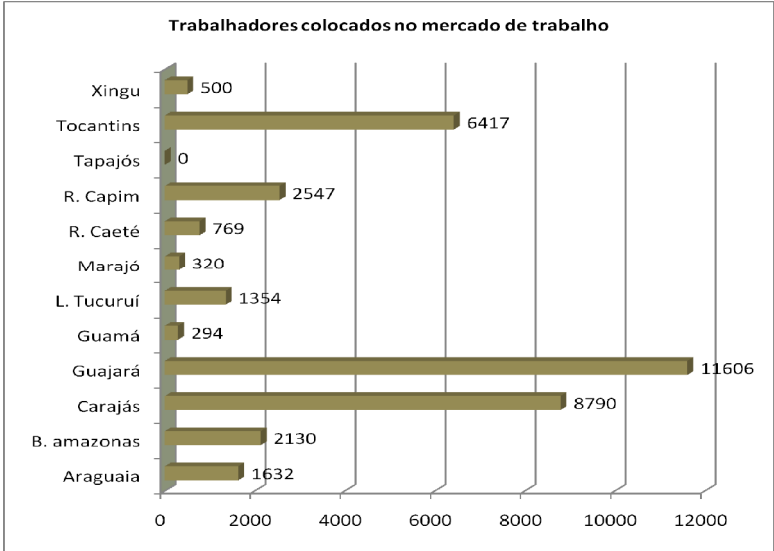
Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
162.956	363.590	223	650.000	345.982	54
Fonte: SigPlan					

Análise

Esta ação é executada nos 41 postos e balcões de emprego que compõe, atualmente, a rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado. E atendeu **363.590**

trabalhadores, com diferentes serviços de atendimento integrado ao trabalhador desempregado.

Gráfico 15 Número de trabalhadores atendidos por Região de Integração



Fonte: SigPlan

Ação: Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho

Produto: Pessoa com Deficiência Colocada

Tabela 24 execução Física e Financeira da ação Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
200	384	192	50.000	0	0
Fonte: SigPlan					

Análise

O posto do SINE que funciona no CIIC realiza a intermediação da mão de obra da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, mas especificamente, aquele que tem a deficiência especificada pela Lei de Cotas, indo ao encontro das necessidades das empresas que necessitam cumprir o percentual exigido em lei. A execução da meta física foi de 192%, em relação à meta prevista, no total de **384** pessoas com deficiência colocadas.

Ação: Intermediação de mão de obra

Produto: Trabalhador Colocado

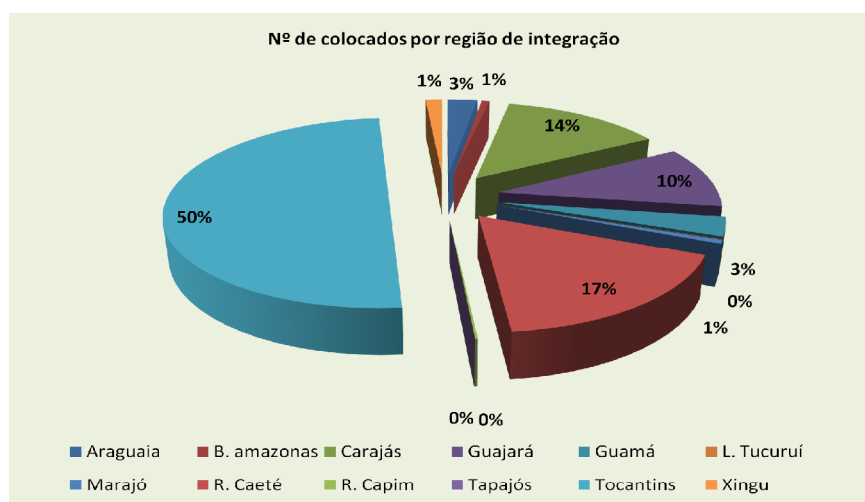
Tabela 25 execução Física e Financeira da ação Intermediação de mão de obra

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
2004	5.093	254	262.000	2.786,00	
Fonte: SigPlan					

Análise

A execução da meta física da ação alcançou 254% em relação à meta prevista. Em relação a baixa execução financeira é devida a ação ser operacionalizada nos 41 Postos e Balcões que compõe o Sistema Nacional de Emprego (SINE), no estado do Pará, presentes em 36 municípios. Assim, a execução do recurso é realizada na ação implementação da casa do trabalhador. No período foram colocados no mercado de trabalho **5.093** trabalhadores.

Gráfico 16 Número de pessoas com deficiência colocada por região de integração



Fonte: SigPlan

Os dados do gráfico acima mostram que a região de Tocantins teve 50% do total de colocados em 2018, representando 2.546 trabalhadores, seguido das regiões Rio Caeté 17%, (875), Carajás 14%, (702) e Guajará 10% (530), respectivamente.

Ação: Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda

Produto: Relatório Gerado

Tabela 26 execução Física e Financeira da ação Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
02			150.000	134.796	
Fonte: SigPlan					

Análise

A ação de Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará, consiste na produção de estudos a partir de dados acessados em fontes oficiais como o Ministério do Trabalho, o MDS e o IBGE, os quais possibilitam a elaboração de mapas de indicadores socioeconômicos por municípios e RI bem como o acompanhamento do comportamento do mercado de trabalho local e nacional. Mediante convênio com o DIEESE, dentro do Observatório do Trabalho, cabe a SEASTER gerar 02 relatórios anuais com análise sobre o comportamento do mercado de trabalho formal do estado do Pará e 02 desenvolvidos em parceria com a FAPESPA.

Por outro lado a SEASTER deu continuidade na produção e sistematização de informações próprias por meio de bancos de dados em Access elaborados com o objetivo de subsidiar as ações de monitoramento das ações de Economia Solidária e Empreendedorismo bem como da Qualificação Social e Profissional, a partir dos quais são gerados e analisados os indicadores de processo e de resultado.

Ação: Operacionalização do Seguro Desemprego

Produto: Trabalhador Beneficiado

Tabela 27 execução Física e Financeira da ação Operacionalização do Seguro Desemprego

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
71.878	139.960		302.000	0	0
Fonte: SigPlan					

Análise

A ação tem como objetivo habilitar o trabalhador ao benefício do Seguro Desemprego e operacionaliza-se no SINE e, assim como, a Intermediação de mão de obra, a execução financeira se dá na ação Implementação da Casa do Trabalhador.

Para 2018 a meta física prevista era de atender 71.878 trabalhadores com esse serviço, entretanto, a meta executada alcançou 194%, o que reflete o índice de desemprego no Estado. Do total aproximado de **97.588** trabalhadores que requereram o seguro **139.960** foram considerados habilitados a receber.

PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

No Programa Manutenção da Gestão a SEASTER viabiliza a gestão administrativa por meio de 05 ações, *Abastecimento de unidades Móveis do Estado, Operacionalização de Ações Administrativas, Operacionalização de Ações de Recursos Humanos, Concessão de Auxílio Alimentação e Concessão de Auxílio Transporte.*

Avaliação das Ações por Objetivo de Programa

Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado

Ação: Abastecimento de Unidades Móveis do Estado

Produto: Unidade abastecida

Tabela 28 execução Física e Financeira da ação Abastecimento de Unidades Móveis do Estado

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
34	54	159	360.000	296.398	82
Fonte: SigPlan					

Ação: Operacionalização das Ações Administrativas

Produto: Contrato Mantido

Tabela 29 execução Física e Financeira da ação Operacionalização das Ações Administrativas

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
106	92	87	8.050.000	9.575.649	119
Fonte: SigPlan					

Ação: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

Produto: Servidor remunerado

Tabela 30 execução Física e Financeira da ação Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
1030	957	93	38.475.917	33.250.730	86,5
Fonte: SigPlan					

Ação: Concessão de Auxílio Alimentação

Produto: Servidor Beneficiado

Tabela 31 execução Física e Financeira da ação Concessão de Auxílio Alimentação

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
926	963	104	5.274.751	4.585.878	87
Fonte: SigPlan					

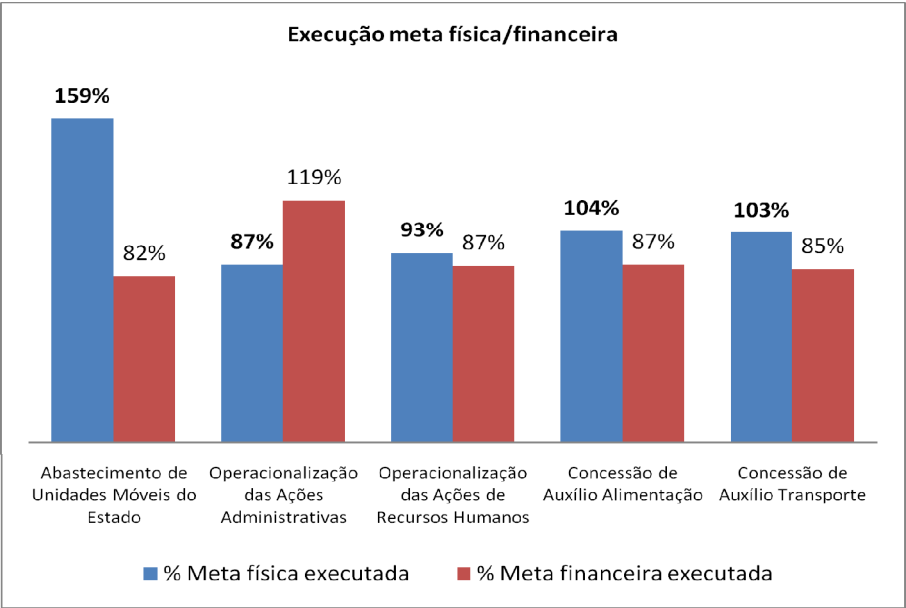
Ação: Concessão de Auxílio Transporte

Produto: Servidor Beneficiado

Tabela 32 execução Física e Financeira da ação Concessão de Auxílio Transporte

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
926	954	103	1.030.068	873.220	85
Fonte: SigPlan					

Gráfico 17 Percentual de execução física /financeira das ações do Programa Manutenção da Gestão



Fonte: SigPlan

PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

Avaliação das Ações por Objetivo de Programa

Objetivo: Promover a integração da gestão regionalizada

Ação: Descentralização de serviço Público

Produto: Serviço Implantado

Tabela 33 execução Física e Financeira da ação Descentralização de serviço Público

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
04	0	0	215.000	0	0
Fonte: SigPlan					

Em 2018 não foi realizado implantação de unidades descentralizadas da SEASTER nos municípios do Estado, sendo garantida a manutenção do serviço implantado na Unidade de Santarém.

Ação: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Produto: Serviço Realizado

Tabela 34 execução Física e Financeira da ação Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Execução Física (Un)			Execução Financeira (R\$)		
Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Atualizada	Dotação realizada	%
11	08	73	450.000	323.666	72
Fonte: SigPlan					

A execução da ação garantiu a realização dos serviços de Manutenção de Rede de Dados (Rádio), Transporte de Dados (4mbps), Hospedagem de Websites0 (30GB), Licença de uso de Sistemas Globais (SIAFEM/SIMAS), Licença de uso de Sistemas Coben, Manutenção de Licença do B.O, Manutenção de Rádio Cliente e Manutenção de Acesso á Internet.